



REVISTA MUNICIPAL

ANO XXII — NÚMERO 88 — 1.º TRIMESTRE DE 1961

PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00



DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telef. 2 57 11



CORRESPONDÊNCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telef. 36 29 51

REVISTA MUNICIPAL



DIRECTOR

HENRIQUE MARTINS GOMES

•

ASSISTENTE GRÁFICO

JOSE ESPINHO

DESENHOS DE

CARLOS RAFAEL

JOSE ESPINHO

LEONILDO DIAS

CAPA DE

CARLOS RAFAEL

JOAO VELEZ



SUMÁRIO

A IGREJA DE S. JULLÃO E O SEU PATRONO
MÁRIO COSTA

O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES (CONTINUAÇÃO)
FERREIRA DE ANDRADE

COLOQUIO NACIONAL DE TURISMO
ANIBAL DAVID

ALFAMA
COUTO MARTINS

MIRADOUROS DE LISBOA
JOÃO PINA VIDAL

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

RELIQUIAS E PINTURAS DA IGREJA DE S. ROQUE
JOSÉ ESTEVAM

A FREGUESIA DE SÃO JORGE DE ARROIOS DA CIDADE DE LISBOA
PEDRO GARCIA ANACLETO

NOVA REVELAÇÃO DA LISBOA DE OITOCENTOS
CARLOS A. MAMEDE (FONSECA BENEVIDES)

*HORS-TEXTE — ALÇADO LATERAL DA CAPELA-MOR
DA IGREJA DA LUZ*





OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





A IGREJA DE S. JULIÃO E O SEU PATRONO

UMA FREGUESIA QUE LISBOA PERDEU

Pela primeira divisão administrativa, promulgada por alvará de 6 de Fevereiro de 1593, a freguesia de S. Julião — «uma das mais sumptuosas e antigas de Lisboa», como afirmou o padre Francisco de Santa Maria (1) —, ficou adstrita ao 3.º bairro, passando, a par e passo, de então para cá, pelo «Bairro da Rua Nova», «Bairro dos Remolares», «Bairro do Rossio» e «Bairro Central», até que lhe coube entrar no «2.º Bairro», pela organização demarcada no decreto de 30 de Dezembro de 1886 e mantida pelo Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1940.

5

(1) *Cén aberto na Terra, etc.*, Lisboa, 1697, tomo 2.º, pág. 552.

Está por fazer a história desta paróquia, que já no século XIII enfileirava ao lado de mais 23, localizando-se no vale da Baixa, onde teve duas igrejas circunvizinhas: Santa Justa e S. Nicolau. E às três se juntou, mais tarde, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição (depois Conceição Nova), instituída em 15 de Janeiro de 1568, à custa de território cedido por S. Julião, S. Nicolau e Madalena.

Não seremos nós quem vai suprir a lacuna apontada, mas sempre se lhe dá um jeito, na mira de reunir uma pequena achega, que sirva para um estudo mais profundo e melhor documentado.

É imprecisa a data da fundação da tão antiga paróquia de S. Julião e imponderável a localização do seu primitivo templo. Mestre Vieira da Silva não pôde afirmá-lo⁽²⁾ e seguiu a opinião do padre Jorge Cardoso⁽³⁾, em que se fundamentou também o padre João Baptista de Castro⁽⁴⁾. Mas o nosso illustre olisipógrafo, considerando presumível a origem no ano de 1200, dá como certa a existência já no tempo de D. Afonso II ou D. Sancho II (1209 ou 1229).

Vejamos agora o parecer do licenciado Jorge Cardoso, que foi prior de S. Julião: «Da sua primeira fundação não há certeza, sabemos que a Igreja antiga era sagrada pelo Bispo D. João Pardo (6. entre os de Lisboa) an. 1241, reinando D. Sancho Capello, como consta do seu Cartoreo, & liv. dos anniversarios. E que el-Rei D. Diniz (tambem 6. entre os de Portugal), pela cordeal devoção, que tinha a Nossa Senhora, & ao Martyr S. Vicente, deu o Padroado desta Igreja ao Cabido da Sé, ann. 1301, como se acha no 1. liv. de seus privilegios fol. 28».

Recorrendo a outra fonte, lemos na introdução do autor: «Esta freguesia... he de tanta antiguidade, que da sua primeira fundação não há certeza, e só se conjectura, que o glorioso Rey D. Affonso Henriques, achando neste lugar uma grandiosa mesquita, fabrica sumptuosa de Mouros, na qual era fama, que em tempos antiquissimos tinha venerado a gentildade a fabulosa Proserpina, a mandara modificar, e dedicara aos gloriosos Martyres de Christo S. Julião, e Santa Baziliza, sendo sagrada depois a nova Igreja pello Illustrissimo D. João Pardo, sexto Bispo de Lisboa, no anno de 1241, reynando D. Sancho II»⁽⁵⁾.

Compulsando um estudo feito sob bases documentais, e dado à publicidade em 1944, com o objectivo de pôr em evidência o grau de convívio histórico luso-alemão⁽⁶⁾, vemos admitir-se que a fundação da igreja, acabada em 1290, se deva ao nosso rei

(2) *As Freguesias de Lisboa.*

(3) *Agiolôgio Lusitano.*

(4) *Mapa de Portugal.*

(5) *Relaçam da solene procissam do Corpo de Deus, que aos 2 de Setembro de 1582 fez a Irmandade do SS. Sacramento da freguesia de S. Julião, etc.*, por Joaquim Roberto da Sylva. Lisboa, 1731.

(6) *Oito séculos de história luso-alemã*, por E. A. Strasen e Alfredo Gandara, págs. 32 a 38.

D. Dinis; e, havendo concordância na data em que o templo foi entregue ao Cabido da Sé, dá-se aquele como erecto num terreno, junto ao Tejo, pertencente a um notável negociante alemão — de seu nome Miguel Overstädt — que desempenhou entre nós importante papel económico e político, dedicando-se a construções navais. Como amigo e conselheiro do rei «lavrador», a quem quis ser prestável, cedeu o seu logradouro, onde já existia uma capela, que ora se diz dedicada a S. Bartolomeu, ora a Santa Bárbara.

O alemão recebeu em troca outro terreno, em lugar mais afastado, sendo-lhe reconhecido o direito à sétima parte, da futura igreja, com um altar sob a invocação do santo protector dos bombardeiros alemães, direito que se transmitiu pelos séculos fora, até que o altar passou a ser local de devoção da colónia alemã, formando-se ainda no século XIV, a Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães.

Mais adiante, os autores aventam a hipótese de que, no tempo de D. Dinis, já existiria a igreja de S. Julião, e teria sido o filho de D. Afonso III que a ampliou, por compra do terreno da antiga capela de Santa Bárbara, cuja devoção foi substituída pelo culto a S. Bartolomeu (dos alemães).

Escutemos ainda Mestre Vieira da Silva, que nos diz que o templo «ocupava metade do terceiro quarteirão de prédios de casas da Rua Augusta, do lado esquerdo, indo da Praça do Comércio; o adro, do lado ocidental, ocupava a outra metade, e a capela-mor caía toda sobre a Rua Augusta, abrangendo com o seu comprimento a largura total desta rua» (1).

★

Apresentemos agora o padroiro, e começando por dizer que é superior a uma vintena, o número de santos, com o nome baptismal de Julião, que a nossa Igreja Católica e Apostólica Romana até hoje reconheceu, cabe-nos falar do mártir de Antióquia (na Síria), pois foi esse o escolhido para presidir à freguesia que estamos estudando.

A vida de S. Julião, apóstolo e taumaturgo, tão repleta de virtudes, e atormentada por perseguições e violências, está descrita, em minuciosa crónica, pelo ilustre prior da real paróquia, padre Joaquim da Nóbrega Cão e Aboim (2), obra dedicada a S. M. a Rainha D. Maria I, e em que o autor escreveu, na sua introdução: «Em quanto a este (*S. Julião de Antióquia*), seguro a Vossa Magestade que o não tenho encontrado em toda a História Eclesiástica (a não me hallucinar a minha devoção) nem mais digno que heróico, nem mais célebre por circunstanciado».

(1) *As Freguesias de Lisboa*, pág. 38.

(2) *Vida de S. Julião, esposo de Santa Basiliza, virgens e mártires de Antioquia, com uma dissertação prévia sobre a pluralidade dos santos do mesmo nome*. Lisboa, 1790.

Julião de Antióquia era filho de ilustres e poderosos senhores e foi educado no «santo temor de Deus». Obediente a seus pais, que não viam nele mostras de querer escolher esposa, e porque consideravam que «era muito a temer a licença da vida na verdade dos anos», lhe disseram não dever esquecer que «o santo matrimónio fora dado por Deus e que para ele o tinham educado».

Insistiram os pais, uma e outra vez, até que, já com 18 anos, fizeram ver a Julião que estava na «idade suficiente para uma inteira deliberação, e que também no estado do matrimónio se servia a Deus (talvez com maior merecimento) na companhia de uma inocente e virtuosa Consorte». Como resposta, o filho pediu «o prazo de sete dias para resolver, não confiando de uma resolução repentina ponto de tanta consideração». E, durante o seténio, Julião manteve-se em grande recolhimento e oração, fazendo ao Senhor voto de virgindade.

Guardou para si o segredo, e declarando estar decidido ao matrimónio, logo os pais se puzeram a indagar «uma Consorte que, igualando ao Servo de Deus nos tesouros amontoados por seus Pais, tivesse o mesmo dote na inocência dos costumes, no esplendor da família».

Recaiu a escolha numa donzela de nome Baziliza, também de Antióquia, «que não se dessemelhando na distinção, na grandeza do sangue, na abundância, e nos tesouros, na primogenitura também por ser única, era igual ao santo Mancebo no intento de se votar virgem a Deus, e na puríssima condição da sua inocente índole».

Chegado o dia das bodas, festejaram-se estas com grande luzimento, adornaram-se as ruas e praças, vieram mancebos e donzelas dos lugares próximos, tangeram-se músicas nupciais e ouviram-se cânticos de grande lirismo. Só em Julião e Baziliza, embora cobertos de jóias, ouro e pérolas, «se via raiar a modéstia do Evangelho, que faz a singular divisa do Cristianismo».

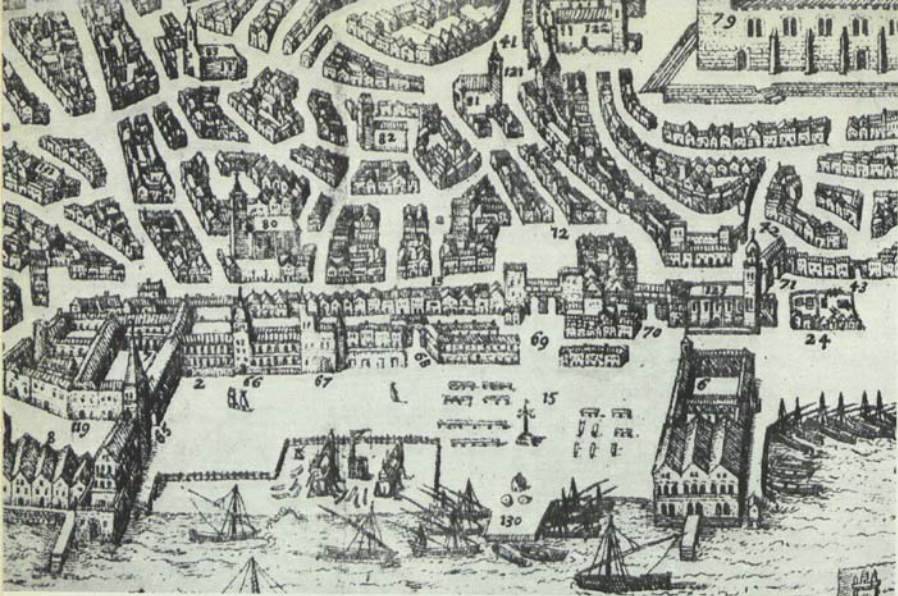
Dáí em diante os dois nubentes, em mística oração, cercados por um hino de puritanismo, sentem-se elevados ao Olimpo, ouvindo a voz do Senhor que lhes prediz a sorte que o Céu lhes reservava. E, por entre cânticos a Deus, ratificam um ao outro a promessa de virgindade eterna.

Mortos os pais de ambos, os dois esposos tornaram-se herdeiros de grandes fortunas, de que não quiseram aproveitar-se, empregando as rendas no levantamento de Mosteiros, de que se fizeram regentes, «Julião governando mais de mil Monges, Baziliza outras tantas Virgens, se fizeram decantados em toda a Syria, e Egipto com o nome de *Santos Hospitaleiros*, e em sua memória nos seguintes séculos se dedicaram muitas casas a Deus com os seus nomes e invocação» (*).

(*) De entre outras, cita-se a igreja das Cónegas Regulares de Santa Baziliza de Paris.



S. JULIANO E SANTA BAZALIZA
(COL. DE REGISTOS DE SANTOS DA B. N. L.)



FRAGMENTO
DA VISTA DE
OLISIPO,
DE BRAUNIO, EM
QUE A PRIMITIVA
IGREJA DE S. JULIAO
ESTÁ ASSINALADA
COM O N.º 80

UMA VISTA DE LISBOA NO SÉCULO XVI, ESTANDO ASSINALADA COM O N.º 12, A PRIMITIVA
IGREJA DE S. JULIAO (ARQUIVO PITTORESCO - 1861)



Julião e Baziliza estavam em constante oração, praticando jejuns, vigílias, maceções da carne e outras mortificações semelhantes, levando muitos pecadores à conversão e ao amor em Cristo. Aos pobres e peregrinos concediam amparo e protecção. E, assim, na tradição, entrou este dizer do povo: «Se quereis casa e pão, ide ter com S. Julião».

Talvez por isso, em Portugal, os antigos estalajadeiros nomearam este Santo seu patrono, que agora protege a indústria hoteleira e seus trabalhadores profissionais.

Diocleciano Jovio e Maximiano Hercules, os dois tirânicos imperadores que dispunham do reino desde o ano 284 da Era Cristã, exercendo combate à religião, conhecedores das atitudes dos dois escolhidos de Deus, deram ordem ao seu governador Marciano, para sobre eles exercer todas as represálias, até os vencer.

Os dois mártires suportaram abnegadamente todas as perseguições. Baziliza morreu em castidade, na companhia de outras virgens, e Julião, continuando a padecer todos os tormentos, foi açoitado e sujeitou-se a todo o género de torturas. Depois de encarcerado com os sequazes, todos foram metidos em tinas cheias de pez, betume, azeite e enxofre ferventes, mas todos saíram sãos e com vida. Nada privava Julião de continuar o seu apostolado, prodigalizando milagres, com a ajuda de Deus.

A cura de doentes constituía o assombro de todos e era a principal causa do enfurecimento de Marciano, que acusava Julião de praticar a magia, mas o mártir, sempre acompanhado dos seus prosélitos, tornou-se «glorioso e admirável», até que foi degolado a 9 de Janeiro do ano 303.

Elevados à Santidade, Julião e Baziliza têm naquela data o seu dia de festa, que durante anos foi muito celebrado, considerando-se feriado na freguesia.

*

O nome do mártir — como a sua própria igreja — no conceito popular designado por S. Gião, conforme se lê em livros antigos e até em documentos oficiais, também deu Santulhão, na forma antiga. A sua imagem e invocação projectou-se por todo o país, onde a fé e a crença o têm distinguido, e só na Capital perdeu o prestígio que ganhara em mais de sete séculos.

Em geral, acompanha-o no padroado, sua esposa Baziliza, como bem diz o padre Cão Aboim: «sendo Gloriosos Titulares de muitas Paroquias do Reino».

Assim é que, em muitos dos recantos de Portugal, surge S. Julião a designar ora uma freguesia, ora um lugar, uma quinta ou uma simples ermida. Logo aqui, à beira de Lisboa, ergue-se altaneira a histórica Torre de S. Julião da Barra, que os mareantes conhecem de sobejo, e que guarda em si uma história de grandeza e de política convulsiva. Para além de Montachique, admira-se o magnífico vale de S. Gião.

Deixando a velha vila de Mafra, e depois da Ericeira, podemos tomar o rumo da pitoresca S. Julião da Carvoeira. Transpondo Bucelas deparamos com a rústica S. Julião do Tojal ou da Abelheira. Na rainha do Sado, que foi pátria de Bocage, tem lugar de destaque a remota igreja de S. Julião, notável pelos seus dois pórticos manuelinos. E, para não disseminar em grande extensão, acrescentaremos que em Portalegre, Valença, Chaves, Bragança, Figueira da Foz, Gouveia, Lamego, Vila do Conde e Ceia, fulgura em cada um desses concelhos, o nome do mártir S. Julião, a crismar uma igreja votiva e paroquial.

Pela maneira festiva e ao mesmo tempo cordial, como se manifestou entre nós, merece lugar aparte a citação da ridente freguesia de S. Gião, que dista 10 quilómetros do seu concelho de Oliveira do Hospital e faz parte da saudável e verdejante província da Beira Alta. Com uma população de cerca de 1600 habitantes e mais de 500 fogos, a uma altitude de 716 metros, possui uma maravilhosa igreja matriz, com orago a S. Julião, obra admirável do século XVIII, em puro estilo D. João V, que é designada por «Catedral das Beiras».

Na parte recreativa, S. Gião adquiriu foros de notável com a secular «Filarmónica Sangianense», de 118 anos de existência, provindo, talvez, essa tenaz continuidade, da especial vocação para a música, de que dá mostras a gente moça da terra, sendo vulgar nos rapazes de dez anos o conhecimento dos segredos de tal arte.

Em Lisboa exercem a sua actividade, nas mais variadas profissões, cerca de 200 naturais desse distanciado lugar, agrupados há mais de dez anos numa simpática «Comissão Regional Sangianense» (com sede na Rua dos Açores, 45, r/c). E o entusiasmo desses diligentes beirões já conseguiu trazer até à Capital, dois anos seguidos, em Julho de 1959 e 1960, grande número de patrícios, acompanhados da sua filarmónica, confraternizando em alegre passatempo, ao jeito de pique-nique, na Quinta do Caracol (Paço do Lumiar) e praticando jogos diversos, com o imprescível serviço de comes e bebes. Uma autêntica feira improvisada, a que a filarmónica prestou grande realce, confirmado no concerto que promovera em 1959, no Jardim da Estrela, onde se patenteava a Feira de Beneficência, de iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa.

Não esquecendo que o nosso santo também emprestou o seu nome para dignificar os homens no campo honorífico, apontamos o título de 1.º visconde de S. Gião, concedido por el-rei D. Carlos I (decreto de 29 de Maio de 1890), a João Rodrigues de Deus (1826-1893), proprietário em Torres Novas e grande benemérito, que fundou à sua custa um albergue para os pobres da vila. Por sucessão, recaiu o uso do título em seu filho, José Alexandre Rodrigues de Deus.

10 O consagrado poeta Vicente Arnoso escreveu para o teatro, sendo representada, pela primeira vez, no antigo *República* na noite de 9 de Janeiro de 1919, uma peça em três actos intitulada *O último senhor de S. Gião*. O principal papel foi desempenhado pelo notável actor Ferreira da Silva.

★

Atingida por vicissitudes várias, foi esta freguesia por mais de uma vez, compelida a abandonar a casa própria, procurando abrigo sob novas telhas. Mas nunca o mártir de Antioquia deixou de presidir à sua paróquia, só perdendo essa prerrogativa quando, por disposição legal decretada em 7 de Fevereiro de 1959⁽¹⁰⁾ foi suprimida a freguesia, tão cheia de tradições, que ainda em 1900 contava 3593 habitantes, reduzidos a 563 pelo censo de 1950. Podia, ao menos, entre as doze novas paróquias, uma delas ter recebido o nome daquele Apóstolo do Bem, tão venerado em Portugal desde o princípio da nacionalidade. Foi pena!

Extinta a corporação religiosa e a freguesia civil, logicamente deixou de ter existência legal a respectiva Junta de Freguesia, cuja última sede foi na Calçada de S. Francisco, n.º 6. E o território que esteve adstrito à desaparecida freguesia, integrou-se na de S. Nicolau, que por isso passou a designar-se de S. Nicolau e S. Julião, conforme determinação do Patriarcado, aprovada pela Santa Sé.

★

Essencialmente marítima, a freguesia de S. Julião foi vítima de pestes e sofreu com o grande terramoto; viu construir as naus e caravelas que partiram em busca do desconhecido; participou na restauração de Portugal, ganhou a legenda de *Venturosa, Heróica e Mártir*. Exerceu jurisdição sobre uma área de grande prestígio e valor, usufruiu posição excepcional, abarcou paroquianos da mais elevada categoria. Implantada à beira do maravilhoso Tejo, cerca do ano 1502 assistiu ao levantamento do histórico Paço da Ribeira, onde residiram os nossos reis durante mais de dois séculos, até que o sismo fatal de 1755 o destruiu por completo. Comportou o Arsenal da Marinha, os Correios, as principais Secretarias do Estado e Tribunais superiores. A partir de Janeiro de 1774 acolheu, com fortuitas intermitências, o antigo palácio do Município, que também se adaptou a residência real, no tempo de D. Maria I.

Esse edifício de clássica beleza, traçado pelo arquitecto Eugénio dos Santos Carvalho, e que um grande incêndio deitou por terra, na noite de 19 de Novembro de 1863, deu lugar a outro, de maior grandeza e valor, hoje integrado na freguesia de S. Nicolau — 1.º bairro administrativo.

O novo palácio da Câmara, que surgiu devido a boa vontade de alguns e aos esforços de muitos, destaca-se pela sua imponência, numa cidade carecida de obras

(10) Decreto-Lei n.º 42 142.

monumentais. É na frente de tão majestosa fachada, e precisamente ao centro da praça, que se ergue o Pelourinho, todo belo, inteiriço, com três hastes de fuste torcido, sua esfera armilar dourada, um conjunto de simplicidade que encanta. Data do último quartel do século XVIII.

Sem querer entrar em mais pormenores, para não ter que enumerar todos os grandes estabelecimentos e importantes empresas, que também estiveram subordinados à freguesia de S. Julião — Sousa Viterbo escreveu que a igreja «estava no centro mais rico e alto de Lisboa, favorecida pelas casas comerciais de maior importância»⁽¹¹⁾ — citamos apenas o Banco de Lisboa, fundado em 1822, e o Banco de Portugal, seu directo sucessor, a partir de 1846.

Na qualidade de inquilinos, estes dois estabelecimentos de crédito compartilharam da íntima vizinhança da nossa edibilidade, até que se produziu a calamidade atrás apontada, que atingiu seriamente as instalações do então Banco de Portugal.

Teve o nosso Banco emissor que procurar nova casa, mas não mudou de freguesia, tomando em 1868 dois prédios sitos na Rua Nova de El-Rei, n.º 142 a 148 e Rua de S. Julião, n.º 155 a 161, ambos com frentes para a Rua Áurea, n.º 17 a 37. Feitas as indispensáveis obras de adaptação e reunidas numa só as duas propriedades, procedeu-se à inauguração da sede própria em 28 de Março de 1870.

★

Foi na pia baptismal do primeiro templo erguido à fé de S. Julião, que recebeu o Santo Sacramento, o único Papa que Portugal deu à Igreja Católica, num bem limitado tempo de pontificado, pois a morte arrebatou esse Santo Pontífice ao fim de oito meses. Pedro Julião se chamou esse lisboeta ilustre, que adoptou o nome de João XXI, quando foi levado a sentar-se na cadeira de S. Pedro⁽¹²⁾. Os castelhanos preferiam chamar-lhe Pedro Hispano.

Nasceu igualmente nesta freguesia, em 31 de Dezembro de 1606, o padre Jorge Cardoso, que foi autor dum valioso trabalho que intitulou *Agiológio Lusitano*. A morte, em 3 de Outubro de 1669, não o deixou concluir a sua obra, considerada notável e de grande mérito.

Também no baptistério de S. Julião recebeu as águas purificadoras, o venerável padre Afonso de Castro, sacerdote do século XVI, nascido em Lisboa, que pertenceu

⁽¹¹⁾ *Curiosidades históricas e artísticas*, pág. 112.

⁽¹²⁾ O nome deste Papa de origem lisboeta foi inscrito numa das modernas artérias dos bairros novos do Arceiro. Edital de 3 de Agosto de 1948.

à Companhia de Jesus e missionou no Oriente, onde esteve em contacto directo com S. Francisco Xavier. Nas ilhas Molucas foi mandado prender pelo sultão, sendo supliciado em Pernate a 12 de Janeiro de 1558.

Em mais remota era, outro lisboeta illustre foi a baptizar a esta igreja: D. João Vicente (1380-1463) — Mestre João lhe chamou o padre Jorge Cardoso —, profeta e taumaturgo, bispo de Lamego e de Viseu e fundador em Portugal da Congregação de S. João Evangelista, que rivalizou com os Trinitários, em obras meritórias e no serviço hospitalar. Foi doutor em medicina e na Corte privou com os infantes filhos de D. João I. Chegando a físico-mor do Reino, o rei D. Duarte fê-lo seu médico privado.

Quanto a filhos desta freguesia, tornados célebres por suas virtudes e letras, o padre Jorge Cardoso acrescenta a lista com mais os seguintes: Lourenceanes, companheiro de Mestre João e também prior de S. Julião. Fr. Gonçalo de Almeida, da Ordem dos Agostinhos, que viveu e morreu no Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa. Fr. Sebastião d'Assunção, Capucho, coroado de martírio na ilha de Guadalupe. Eloyo Nunez, mártir em Mombaça. Manuel da Madre de Deus, Mercenário, com uma vida cheia de prodígios, que a Igreja santificou. Fr. Diogo Lopez, eremita de Santo Agostinho e Arcebispo de Otrento, orador sagrado mui célebre por seu talento e virtudes. E Fr. Baltazar Paez, Trinitário de grande fama.

Deixou assinalada a sua passagem, como prior desta freguesia, o presbítero Joaquim da Nóbrega Cão de Aboim, já aqui referido, que foi elevado à dignidade de monsenhor e cónego da Sé de Lisboa. Acompanhou a Corte ao Brasil, voltando em 1823. Devem-se-lhe alguns escritos notáveis, de que destacamos *Vida de S. Julião, esposo de Santa Baziliza, virgens e martyres de Antiochia*, editado em 1790. Escreveu também a *Oração funebre*, pronunciada em 1788, na sua igreja paroquial, por ocasião das solenes exéquias por alma do príncipe do Brasil D. José⁽¹³⁾, e já em Julho de 1786 tinha subido ao púlpito para fazer o elogio fúnebre de D. Pedro III, esposo da rainha D. Maria II.

Há conhecimento de que, pelo menos, duas vezes, pregou nesta igreja — então na fase anterior ao incêndio de 1816 — o padre José Agostinho de Macedo, citado nas crônicas alfacinhas pelas suas turbulências e inúmeros desacatos, com escândalo público. O mais notável dos sermões foi a 22 de Junho de 1814, na missa rezada em acção de graças pela paz que já reinava na Europa, após a queda de Napoleão. Foi uma festividade de grande esplendor, promovida pelo Juiz do Povo e Casa dos Vinte e Quatro da cidade de Lisboa, e a ela assistiram os governadores do Reino, a Corte

(13) *Oração funebre recitada nas exéquias que ao Serenissimo Senbor D. José, Príncipe do Brazil, fez a Real Irmandade dos Clérigos de S. Pedro e S. Paulo, sita em S. Julião de Lisboa. Dedicada a... Prínceza do Brazil... D. Maria Benedicta pelo Prior da sobredita Igreja.* Lisboa, na Régia Officina Typographica. Anno MDCCLXXXVIII. Com licença ... In-8.º de VIII — 23 págs.

e altas individualidades⁽¹⁴⁾. A outra pregação foi na 5.ª Dominga da Quaresma de 1811⁽¹⁵⁾. Foi mais uma figura notável que ficou ligada à história de S. Julião, este antigo frade da Ordem de Santo Agostinho, que fez seus estudos na Congregação do Oratório de S. Filipe Nery (Convento das Necessidades), e, depois de passar a presbítero secular, chegou a pregador régio da igreja patriarcal.

O prestigioso padre Filipe de Oliveira (1708-1755), nascido em Lisboa, doutor em Cânones e que ficou sepultado entre as ruínas de S. Julião, no dia do grande terramoto, também ligou o nome da sua aureolada figura a este velho templo, em dias que se rezaram missas implorando as felizes melhoras de D. João V⁽¹⁶⁾ e na data das solenes exéquias por morte do mesmo monarca⁽¹⁷⁾.

Outro pregador famoso se fez ouvir a dentro das vetustas paredes de S. Julião. Foi o padre alentejano Francisco Aranha (1603-1677), na data em que esteve exposto o Santíssimo, após uma vitória das armas portuguesas sobre as castelhanas, nesse longo período da guerra da restauração⁽¹⁸⁾. É uma prédica notável e de grande apreço, que não escapou ao erudito e prestável Inocêncio⁽¹⁹⁾.

É muito de presumir que igualmente subiu ao púlpito deste templo, o erudito padre Francisco António Rodrigues de Azevedo (1811-1897), a convite da Câmara Municipal de Lisboa, quando em 1856 se prestou homenagem à memória de Filinto Elísio⁽²⁰⁾.

Seria infundável a narração de todas as solenidades que deixaram eco para lá das vetustas paredes do extinto templo levantado em honra do mártir S. Julião, fossem elas em ordem a festejar um jubiloso acontecimento de carácter nacional ou a sufragar o passamento do Chefe da Nação que, segundo a tradição, também como juiz presidia à Mesa da Confraria.

(14) *Sermão de Acção de Graças pelo Milagroso Benefício da Paz Geral da Europa, pregado na Igreja de S. Julião a 22 de Junho de 1814, na Grande Festividade que o Juiz do Povo e Casa dos Vinte e Quatro da Cidade de Lisboa, celebrarão, a que assistirão os Ex.^{mos} Senhores Governadores do Reino, a Corte, etc.* Lisboa, na Impressão Régia, 1814. In-8.º de 79 págs.—Com igual intenção, também o mesmo padre pregou na igreja de S. Paulo, em 14 de Fevereiro do referido ano.

(15) *Sermão contra o filosofismo do século XIX, pregado na Igreja de S. Julião de Lisboa, na 5.ª Dominga da Quaresma do ano de 1811.* Lisboa, Imprensa Régia, 1811, 2.ª ed. 1828. In-8.º de 74 págs.

(16) *Sermão panegyrico e gratulatorio pelas felices melhoras de Sua Magestade, pregado em 7 de Julho de 1742 na real igreja de S. Julião.* Lisboa, 1742.—*Sermão de preces pela saude do magnifico rei D. João V nosso senhor, etc.*, Lisboa, 1747.

(17) *Oração funebre panegyrica e histórica nas exéquias do fidelissimo senhor rei D. João V, celebradas pela irmandade de S. Bartolomeu na real freguesia de S. Julião.* Lisboa, 1750.

(18) *Serman, que o Padre Mestre... da Companhia de Jesus, prégou em Sam Giam de Lisboa estando o Santissimo exposto pello feliz successo do exercito que tinha saydo a campanha em 20 de Outubro de 1657. Governando as armas loanne Mendes de Vasconcelos Tenente General de Rey Dom Affonso Sexto.* Em Lisboa. Com todas as Licenças necessárias. Na Officina d'Antonio Craesbeek. Anno M.DC.LVIII. In-4.º de III-18-I, págs. Des.

(19) *Dicionário Bibliográfico*, vol. 2.º, pág. 346.

(20) *Oração funebre que nas exéquias, que a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa fez celebrar por occasião da trasladação dos ossos de Francisco Manoel (Filinto Elísio) para o cemitério do Alto de S. João. No dia 19 de Junho de 1856. Recitou o Doutor...* Lisboa: Typographia Universal... 1856. In-8.º de 18 págs.



DESENHO AGUARELADO EM QUE SE CONTEM UM BUSTO ESCULTURAL DE S. JULIÃO (MANUSCRITO NA SECÇÃO DE RESERVADOS DA B. N. L.)



S. JULIANO

REPRODUÇÃO DA IMAGEM QUE FIGURAVA NO ALTAR-MOR DA ANTIGA IGREJA DE S. JULIANO, ACTUALMENTE EXPOSTA NA PAROQUIAL DE S. NICOLAU

Foram D. Fernando, viúvo da rainha D. Maria II e D. Luís I, seu filho, os dois últimos monarcas que simbòlicamente empunharam a vara de juiz da Arquiconfraria do SS. Sacramento da Real Freguesia de S. Julião. Por suas mortes, celebraram-se as costumadas exéquias, respectivamente, nos dias 30 de Janeiro de 1886 e 30 de Janeiro de 1890.

O primeiro juiz, não pertencente à família real, foi o Dr. José Maria da Penha e Costa, eleito em 15 de Junho de 1915, a quem veio a suceder o Dr. António Rodrigues Pio Cavalheiro, pai do distinto escritor de igual nome, reeleito pela última vez em 17 de Junho de 1920. E, como priores, estiveram à frente da paróquia nos últimos tempos, os padres António Luís Alves (falecido em 22 de Agosto de 1911) e Adriano Augusto de Vasconcelos (finado em 29 de Janeiro de 1912). Seguiu-se o cónego António Joaquim Alberto (1884-1949), que deu lugar a monsenhor Manuel Lopes da Cruz, professor, jornalista e director do *Rádio Renascença*, a quem, como ao anterior, foi dado o desempenho de igual cargo na igreja paroquial dos Mártires. Foi o último sacerdote que presidiu à acção religiosa da freguesia já instalada na capela de Nossa Senhora da Oliveira.

O cónego António Alberto, que deixou uma profunda saudade, cursou o Seminário de S. José, de Faro, foi muito afeiçoado ao Cardeal D. António Mendes Belo, desde a sua actuação como arcebispo-bispo do Algarve, junto do qual exerceu as funções de fâmulos (quando ainda seminarista) e de secretário, quando o mesmo prelado ascendeu à alta dignidade de chefe da igreja lusitana.

Na secção de «Reservados» da Biblioteca Nacional de Lisboa, existe um manuscrito de que é mister dar aqui menção, por ter estreita ligação com a histórica «Torre de S. Julião da Barra», que serviu de prisão nos tempos do marquês de Pombal. Intitula-se *Relação De algumas Causas, que succederão aos Religiosos da Companhia de Jesus no Reyno de Portugal, nas suas Prizões, Desterros, e Carceres, em que estiverão por tempo de 18 annos isto he do anno de 1759 athe o anno 1777 no Reinado del Rey D. José I sendo primeiro Ministro Sebastião Jozé de Mendonça Carvalho Marquez do Pombal*. Esse valioso documento, *Obra feita pelo Padre Lourenço Kaulen, Alemão da Cidade de Colónia e conde do Rheno, e companheiro dos de que escrevevo*, contém entre as páginas 138 e 139 um desenho aguarelado em que está representado o busto de S. Julião, com a seguinte legenda: «S. Julianus Martyr Munimentis Ulissiponensis A d'Ostia Tagi Patronus Cujus ad Aras Jesuitarum». Ao centro da orla inferior, estão desenhadas as entradas das prisões, e, lado a lado, duas torres artilhadas.

Outra espécie bibliográfica se refere ao antigo monumento defensivo da barra do nosso Tejo: *Istoria do Cativoiro dos prezos d'Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa durante a dezastrôza epoca da usurpação do Legitimo Governo Constitucional deste Reino de Portugal*, por João Baptista da Silva Lopes. *Um dos mártires da referida Torre*. 4 tomos. Lisboa, na Imprensa Nacional, 1833-1834.

A procissão do *Corpus Christi*, efectuada em 2 de Setembro de 1582, foi a mais brilhante festividade pública organizada pela Arquiconfraria desta paróquia, repercutindo-se com grande retumbância entre o povo de Lisboa católica.

Essa manifestação religiosa, que normalmente se repetia de sete em sete anos, excedeu em muito a procissão promovida em 1559, época ainda mais distante, quando D. Catarina de Áustria detinha em suas mãos a regência do Reino, por menoridade de seu filho D. Sebastião. Do acontecimento deixou as suas impressões, o licenciado Pedro Fernandez, professor de Humanidades e mestre de latim dos filhos do conde de Vimioso (D. Afonso de Portugal), expressando o que viu numa composição em verso heróico latino, citada por Sousa Viterbo, que declara não a ter visto, mas sabê-la descrita por Barbosa Machado⁽²¹⁾.

O cortejo de 1582 teve a especial intenção de dar graças pela vitória que os nossos haviam alcançado sobre a armada francesa. Foi dum realce fora do vulgar, pelo esplendor de que se revestiu, fazendo estadear as mais ricas alfaias e as mais bem trabalhadas pratas.

Filipe I, que no ano anterior fizera a sua entrada pública e solene, assistiu a este «faustíssimo triunfo», acompanhado da imperatriz D. Maria, príncipe e infantes. O rei castelhano ficou encantado com a magnificência do cortejo e surpreendido com os vistosos carros, as mais variadas danças e a fantasiosa composição de um grupo de diabos, que causou grande espanto a toda a gente.

Deste vistoso cortejo fez Isidro Velasques Salamantino, um grande descritivo, em verso castelhano⁽²²⁾, que Joaquim Roberto da Silva traduziu e acrescentou, em 1731⁽²³⁾. E também o erudito Sousa Viterbo, em notícia do acontecimento, transcreve uma carta do monarca espanhol, fazendo o enaltecimento desta aparatosa procissão⁽²⁴⁾.

Roberto da Silva, num circunstanciado relatório, apresenta o aspecto geral desta «pública ostentação», que percorreu as principais ruas da freguesia, atravessando «trinta majestosos e soberbos arcos de triunfo (para o que concorreu a principal parte dos moradores), nos quais a esmeros de arte e prodígios da architectura se divisava com

(21) *De Spectaculis D. Juliani Ulyssiponensis in Festo Eucharistie Anno Saluti 1559.*

(22) *La Orden que se tuvo en la solemne procession que hizieron los devotos cõfrades del Sãtissimo Sacramento, de la Iglesia de Señor S. Julian en la ciudad de Lisboa, celebrando la festividad de sua cõfraria, Domingo dos de Septiembre, año 1582.*

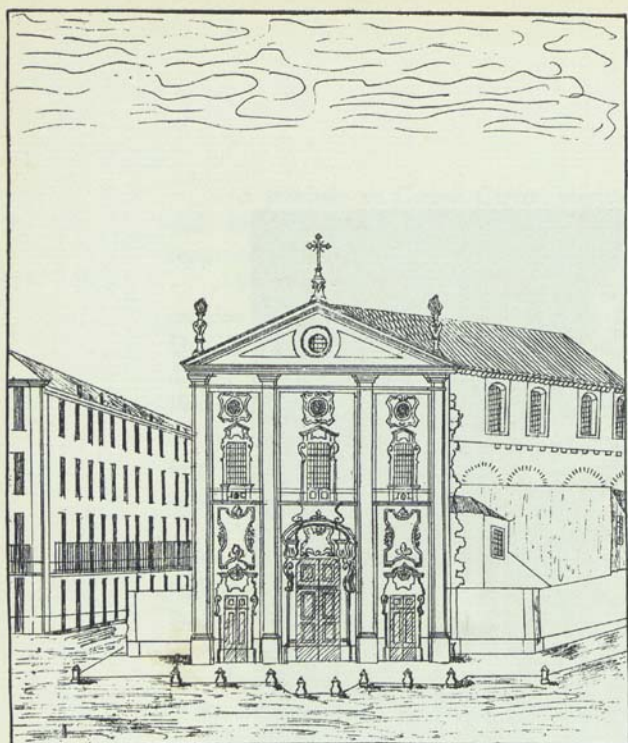
(23) *Relaçam da solemne procissam do Corpo de Deus, aos 2 de Setembro de 1582 fez a Irmandade do SS. Sacramento da freguesia de S. Julião desta cidade, em açam de graças pela victoria que as nossas armas alcançãõ no mesmo tempo da Armada Franceza*

(24) *Artes e Artistas em Portugal*, pág. 246.



SANTA BAZALIZA

REPRODUÇÃO DA IMAGEM QUE FIGURAVA NO ALTAR-MOR DA ANTIGA IGREJA
DE S. JULIÃO, ACTUALMENTE EXPOSTA NA PAROQUIAL DE S. NICOLAU



S. JULIÃO

FRONTARIA DA IGREJA DE S. JULIÃO EM 1833
CONFORME DESENHO DE GONZAGA RIBEIRO
(MONUMENTOS SACROS DE LISBOA)

O LARGO DO PELOURINHO, MOSTRANDO À ESQUERDA UM ASPECTO DA ANTIGA IGREJA
DE S. JULIÃO — MEADOS DO SÉCULO XIX



singular e extraordinária sumptuosidade, um primoroso artificio de perspectiva e um admirável assombro de pintura, variedade de quadros com discretos disticos, e emblemas engenhosos, todos allusivos ao intento do presente festejo. . . ».

Recortamos mais este período, para dar o verdadeiro estilo do autor: «Na véspera à noite (que para luzir, não invejava as luzes do mais claro dia) prepararão na rua dos Ourives do Ouro huma grandissima fabrica de artificio, que se compunha de quatro muy copadas, e altissimas arvores, cujas fingidas folhas occultavão muy diversas, e subteis invenções de fogo, que subindo ao ar em várias, e brilhantes scintilações, com rutilante gyro apressadas se elevavão, e em amortecido desmayo chorosas se desvanecião, servindo ao mesmo tempo de alegre, e luzido objecto aos olhos, e de agradável, e sonoro strepito aos ouvidos, que sendo alternado com o bellico, e clamoroso som dos timbales, clarins, e trombetas, e com o harmonioso, e suave de vozes canoras, infundia nos corações alegria, e nos ouvidos consonância, convidando a vista para a admiração, e os animos para o recreyo».

Seguiu-se a esta demonstração de luz e cor, o toque de clarins, trombetas e mais instrumentos músicos, em marcha por todas as ruas onde a procissão havia de passar, estando aquelas «vistosa e soberbamente armadas de custosas e ricas tapeçarias, e todas as suas janellas ornadas de preciosos damascos, lós e télas, excedendo a todas no aceyo e custo, a que se armou na Calcetaria».

Por sorte que o dia amanheceu «vistoso, alegre e sereno», e foi tão grande a concorrência de povo, de ambos os sexos, que pareceu «se tinha despovoado o Reyno», acumulando-se por todas as ruas, janelas e portas do percurso.

Segue-se a descrição da ordem do desfile da procissão, em que entraram figuras representando os quatro evangelistas S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João; os príncipes dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo; e os quatro doutores da Igreja S. Jerônimo, S. Gregório, Santo Ambrósio e Santo Agostinho. E fecha com este louvor: «Todas as figuras, de que se compunha esta faustissima pompa, se ornavão de tão riquissimas roupas de brocados, e télas, que a querer-se descrever miudamente a magnificência do seu ornato, parara em assombro suspenso o entendimento; basta só dizer, que as joyas dos toucados das cabeças de cada huma, excedião o valor de mais de dez mil cruzados; que em tanta multidão he grande excesso».

★

Perante as informações de certo modo contraditórias, que atrás expusemos, surge a dúvida se o primitivo chão desta paróquia, «tam nomeada no Universo por sua excellencia», foi ou não aquele onde se erguia o templo que se destroçou com o terramoto de 1755. É a esse, porém, que nos vamos reportar, já como Paróquia da Casa Real, colhendo as notícias contemporâneas da reedificação que lhe mandou fazer D. Manuel, depois de erguido à beira Tejo, o majestoso Paço da Ribeira.

Entremos, pois, no templo, dotado de três naves, com suas duas portas (a principal virada ao poente e a outra ao norte), que se situava entre a Rua das Esteireiras (para onde dava o adro) e a Rua dos Mercadores (lado da capela-mor), local que corresponderia hoje, mais ou menos, a uma área compreendida entre as ruas do Ouro, Augusta, da Conceição e de S. Julião. Ao norte ficava o Beco do Passadiço e do lado sul a ermida de Nossa Senhora da Oliveira ou de Santa Maria da Oliveira, que ainda subsiste, na citada Rua de S. Julião, quase no mesmo local em que assentava antes do terramoto, e que em 1563 ficou pertencendo à antiga Corporação dos Confeiteiros, com sua confraria ou irmandade.

A capela-mor caía sobre o leito da actual Rua Augusta, ao meio do quarteirão compreendido entre as ruas de S. Julião e da Conceição (dos Retrozeiros). O adro ficava ao ocidente⁽²⁵⁾. Possuía telas pintadas por Gaspar Dias e um quadro de Fernão Gomes 1.º, que representava a *Transfiguração de Cristo*. Em todo o templo pendiam doze lâmpadas de prata, sendo as do altar-mor as mais valiosas. Na boca da tribuna ostentava-se um painel de Marcos da Cruz. Ao centro da banquetta erguia-se um custoso crucifixo de prata, antigo, e sobre o altar pompeava a famosa sacra dourada, com figurinhas e colunas do mais delicado apuro.

Antes do terramoto, o precioso tesouro avaliava-se em «mais de trezentos mil cruzados em peças de prata lavrada com todo o primor de Arte»⁽²⁶⁾; e, depois desse cataclismo, que consumiu grandes valores e permitiu que outros fossem rapinados pela gatunagem, entre os escombros ainda se apuraram resíduos de prata, que fizeram 53 barras com o peso de 1155 onças⁽²⁷⁾.

Os paramentos tinham grande valor, «bordados às mil maravilhas», podendo-se juntar as 25 capas de tela branca, frizada de prata e ouro, que saíam nas procissões do SS. Sacramento e outras, em que tomavam parte carros triunfais, «que nos tempos antigos assombraram o Mundo».

O precioso trabalho do padre Cardoso, onde nos inspirámos, acrescenta: «A capela mor hũa das melhores do Reino, em architectura, grandeza & majestade, toda cosida em ouro, cõ Tribuna no meio, em que se expoem o SS. Sacramento, com grande ornato, & copia de lumes, assi nas Endoenças, como nas Festividades que occorrem pelo discurso do Anno. Acompanhão o Tabernaculo, que lhe fica sobre o Altar, aquelles dous Cherubins do Propiciatorio, à parte do Evangelho, S. Julião Martyr, seu titular, à da Epístola S. Baziliza Virg. sua Esposa, cuja festa de ambos justos celebrão os freguezes, com igual solemnidade, & concurso, a 9 de Janeiro, em que a trazem os Martyrologios».

(25) *As Muraldas da Ribeira de Lisboa*, de Vieira da Silva, vol. 1.º, pág. 100.

(26) *Ruas de Lisboa*, vol. 3.º, pág. 82.

(27) *Corografia Portuguesa*, do P.º António Carvalho da Costa, Lisboa, 1712.

Prosseguindo, ficamos a conhecer todo o interior da igreja de S. Julião. «Ficádolhe nas naves, à mão direita, a Capella dos Alfaiates, dedicada a Nossa Senhora das Candeas⁽²⁸⁾, exornada com variedade de Reliquias, & Indulgencias, pelas Festas maiores do anno, onde acquirio lugar de propriedade S. Bom Homem, por aver exercitado aquelle mechanico officio, & S. Eustachio, Soldado, & inclyto Martyr».

E continua assim, o autor: «A esquerda a dos Alemães, residentes nesta Corte, consagrada ao Apostolo S. Bartholomeu, tambem apparatusada de Sagradas Reliquias, entre as quaes apparece em meio Corpo de madeira estofado, o Casco inteiro deste Santo, & na pianha duas grãdes canas do mesmo, cubertas de vidraças, data hũa, & outra da Rainha D. Leonor, terceira mulher del Rei D. Manoel, fazendo tudo isto hũa alegre, & aprazivel fachada, quando nas Paschoas se descobre ao povo, enriquecida tambem com jubileos, & Bullas Pontificias. E neste altar se consevão duas antigas Imagens de pedra, que representa hũa S. Catharina, & outra S. Barbara, ambas Virgens, & Martyres, com Missas de madrugada, antes de seus proprios dias, aquella a 13, esta 9, em memoria de outros santos, que estiverão no carcere, primeiro que fossem coroadas do martyrio. E nem por isso deixa de aver Capella propria neste Templo, da mesma S. Catharina, que se segue à de Nossa Senhora das Candeas, a qual corre por conta dos Calceteiros. Apoz ella a de S. Anna, que he dos Tanoeiros. Seguese a de S. Eloy dos Ourives do Ouro, arte que elle professou, sendo Bispo, & Conselheiro de tres Reis de França, em cujo Altar estão collocadas aquellas duas preciosas margaritas, Luzia & Ines. Logo a de Sanct-Iago Maior, a quem festejão os Sombreiraes, o qual deu lugar na sua Capella, ao Archanjo S. Miguel, & a S. Roque, hum avogado das almas, & outro da peste. Mais abaixo a do Minino perdido, & a de S. Antonio, que sendo a ultima vindo de cima, he a primeira da mão direita, aos que entrão pela porta principal. Como também à esquerda a de Christo Crucificado, estatura de natural, com outras Sanctas Imagens de muita piedade, & devoção, hũas à vista & outras que se mostrão nas Endoenças, cujo ornato corre por conta dos Sirguciros. A sombra desta Arvore da vida, está a S. Madre Thereza de Jesus, & N. Senhora dos Remedios. A ultima Capella que se segue a esta, que fica junto à porta travessa, he a do insigne Martyr S. Sebastião, de que tẽ cuidado os Çapateiros. Todas estas Capellas, como estão anexas aos princypais officios de Lisboa, são servidas com grande pontualidade, & asseio. E se na traça, & architettura differem, nos quadros & imagens se excedem hũas às outras, avantajãdose às outras mais primorosas do Reino».

A igreja de S. Julião foi considerada uma das mais opulentas da cidade, recebendo do rei «Venturoso» uma famosa custódia, feita de ouro da Mina, que só era

(28) Também chamada Nossa Senhora da Purificação. O nome de Nossa Senhora das Candeias ou Candelaria provém do uso das velas, no dia da festa, a 2 de Fevereiro.

usada nas grandes celebridades. E era tal a devoção que o rei consagrava a esse templo que, estando uma vez gravemente doente, mandou que o Clero todo de Lisboa fosse à igreja de S. Julião — «e não a outra» — dizer missa por sua saúde.

El-rei D. Manuel, que tinha um capelão-mor à testa da sua capela-real privada, com sacrário, mostrando quanto considerava a sua paróquia, ordenou que, sempre que fosse preciso ministrar os Sacramentos aos enfermos do Paço, fosse chamado o prior de S. Julião, a quem concedera o título de capelão-régio.

Os soberanos seguintes não deixaram de dispensar toda a protecção a esta freguesia, que foi a sua, até que se ergueu a Igreja Patriarcal, também banida pelo terramoto.

D. Sebastião, por seu embaixador Lourenço Peres de Távora, alcançou um Breve do Papa Pio IV, datado de 20 de Outubro de 1560, elevando a Arquiconfraria a que era apenas Confraria do Santíssimo, ficando autorizada a sua anexação à que existia em Roma, na igreja do Convento de Minerva. Ainda outros privilégios e indulgências se concederam, com comunicação a outras confrarias de Portugal e suas conquistas.

Para maior culto do Santíssimo Sacramento, ainda D. Sebastião fez a grande mercê de vinte arrobas de cera de quatro em quatro anos, dádiva a que os Filipes puseram termo. A prática foi restabelecida por D. João IV, que se fez confrade da freguesia. E seu filho, o príncipe D. Teodósio, elegeu-se juiz da Arquiconfraria, uso que se manteve no futuro, cabendo o desempenho de tal cargo a uma pessoa real, que pagava todos os anos oito mil réis pelas conhecenças, tributo a que eram obrigados, como paroquianos, todos os que viviam no paço.

A Confraria do Santíssimo Sacramento, formada por fidalgos, mercadores, trahentes e officiaes de officios, recebia duas vezes por ano o Sagrado Lausperenne.

Em meados do século xvi, como escrevia Cristóvão Rodrigues de Oliveira, nesta freguesia, com 1957 vizinhos e 654 casas, distribuídos por suas ruas, travessas e becos, viviam 13 680 almas. E, no tempo em que o padre Jorge Cardoso produziu o excelente trabalho a que já nos referimos, tinha a igreja «demais de Prior, seis Beneficiados, que têm reza em Coro, um Cura, que administra os Sacramentos, aos freguezes, um Tezoureiro, a cujo cargo está a limpeza da Sacristia, & ornato dos Altares, um Mestre de Muzica, que tem salário, de cantar todos os Domingos & Santos, a Missa principal de canto de órgão, he mais oito Capelães da Confraria das Almas, & vinte de particulares, com quasi outros tantos Sacerdotes, anexos a esta Igreja, com que é servida excelentemente».

Quando a capela real se tornou paróquia própria (Breve do Papa Clemente XI, de 24 de Agosto de 1709), erigiu-se nela uma nova Confraria do Santíssimo Sacramento, e então — já reinava D. João V — mandou o soberano, por decreto de 27 de Março de 1710, que as vinte arrobas de cera, destinadas à igreja de S. Julião, se entregassem à Irmandade da paróquia real, conferindo-se à Real Confraria de S. Julião, outra vantajosa esmola.

Em sua capela, a Bandeira do Arcanjo S. Miguel abrigava os livreiros, azevi-
cheiros, boticários, sirgheiros de chapéus e de agulha, conteiros, sombreireiros, albardeiros,
penteiros e latoeiros de martelo e de folha branca. O ofício dos sombreireiros era a
cabeça da bandeira. Os livreiros mantinham culto especial na igreja de Santa Catarina,
que era sua padroeira⁽²⁹⁾.

Da *Colegiada de São Julião de Lisboa* dá-nos uma citação o escritor Alberto
Pimentel, quando se refere ao célebre vinhateiro Gaspar Dias, por alcunha o *Cbiado*,
personagem tão discutida, como o foi também o poeta chocarreiro António Ribeiro, o
Cbiado⁽³⁰⁾. E, da *Irmandade dos Clérigos Pobres estabelecidos em S. Julião*, que
também sofreu grandes perdas com o terramoto, fala o padre Manuel Portal, adiante
mais referenciado.

O templo de S. Julião era muitas vezes procurado pela realza. O *Folbeto de
Lisboa* dá notícia de uma dessas visitas, em 9 de Janeiro de 1740.

«Foy nesta manhan El-Rey nosso Senhor visitar a Igreja Parochial de S. Julian,
por ser dia do mesmo Santo, e a Rainha Nossa Senhora a visitou esta tarde. . .»⁽³¹⁾.

E é tudo quanto pudemos carrear em favor da história da velha igreja de
S. Julião, aureolada com esta significativa divisa: «não há parte no mundo, por mais
remota que seja, onde não haja chegado sua notícia».

Mázió Costa.

(Continua no próximo número).



⁽²⁹⁾ *Elementos*, vol. 5.º, pág. 580 n. e 7.º, pág. 225.

⁽³⁰⁾ *O Poeta Cbiado*, pág. 12.

⁽³¹⁾ *Ano Noticioso e Histórico*, vol. 1.º, pág. 12.



O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(Continuação do número anterior)

D. LUÍS DE SOUSA

1634-1639

A entrada de D. Luís de Sousa, Conde do Prado, Senhor de Berigel e alcaide-mor de Beja, para a presidência do Senado coincide⁽¹⁾ com a ascensão do valido Miguel de Vasconcelos ao lugar de Secretário de Estado, junto da Vice-Rainha, a Duquesa de Mântua⁽²⁾. Homem «soberbo e despresador dos nobres e persiguidor dos menores», em breve o valido do Duque de Olivares espalha, na já tormentosa vida da cidade, o ódio e a vingança, o descontentamento geral, profundo, incontido.

22

⁽¹⁾ Nomeado, como o seu antecessor, por três anos. *Chancelaria de D. Filipe III*, livro 29, fl. 160 v. (Torre do Tombo) e *Livro Carmezim*, fl. 113, do Arquivo Municipal.

⁽²⁾ A nomeação da Duquesa de Mântua foi feita à Câmara por carta régia de 12 de Novembro de 1634.

Daí, as constantes represálias, o abuso desordenado do poder despótico, a ruína da administração.

D. Luís de Sousa, político pouco experimentado, sem o prestígio necessário para corajosamente enfrentar as ordens impopulares de Castela, em breve se envolvia na adversidade dos lisboetas.

E um dos factos, sem dúvida, que mais contribuiu para essa adversidade do povo de Lisboa, baseia-se na circunstância de D. Luís de Sousa ter vivido quase sempre fora do reino. Desde 1596, ano em que acompanhou a armada de D. Francisco Mascarenhas, como depois na Flandres e no Brasil (que governou de 1617 a 1621) até à sua estadia no Algarve onde igualmente foi governador, ocupou sempre o Conde do Prado (desde 5 de Setembro de 1630) cargos de elevado destaque, mas nunca na cidade de Lisboa.

*

Avolumam-se dia a dia as contribuições, os impostos.

«Como era de prever — escreve Queirós Veloso⁽³⁾ — começaram a surgir dificuldades, assim que se tratou de executar as medidas propostas pela Câmara Municipal de Lisboa. Essas dificuldades arrastaram-se por muitos meses.»

A quem se der ao trabalho de consultar a documentação que existe no Arquivo Municipal e referente a esta época, e, muito principalmente, aos anos de 1632 a 1640, fácil será verificar a série permanente, constante, incisiva, das deliberações de Castela e da Duquesa de Mântua tendentes a forçar a Câmara à imposição de novos e pesados impostos. Mas embora houvesse, por vezes, enfraquecimento, tergiversação ou tibieza dos homens responsáveis pela gestão municipal, é justo que se evidencie a coragem, a honestidade, o *portuguesismo*, a lealdade à causa da pátria, dos homens bons do povo de Lisboa.

Que exemplo admirável de patriotismo o desses ignorados servidores da administração municipal! Não só Lisboa, como Portugal, ficaram-lhe devendo uma das páginas mais belas da lealdade portuguesa. Justo é que um dia, na esquina de uma das artérias da cidade, a sua acção se rememore, como também a que, dois séculos antes, igualmente teve este bom povo de Lisboa ao aclamar Rei de Portugal o Mestre de Avis.

Nomes ignorados de Portugueses que bem mereceram da Pátria e honraram a cidade que lhes foi berço.

(³) *História de Portugal* (Ed. Port. Editora), vol. V, pág. 271.

Exemplo magnífico de honrada atitude em defesa dos legítimos direitos dos Portugueses deram, de facto, para a História os representantes do povo nos últimos anos da usurpação castelhana.

Em 1634, resolvida a constituição de uma Junta de Desempenho (para o lançamento e arrecadação de um imposto único, obrigatório) e da qual teriam de fazer parte os três braços do reino: clero, nobreza e povo, este último opôs-se terminantemente. A Câmara, da presidência do Conde do Prado, que tomou imediato partido pelo Governo de Castela, determinara que a Casa dos Vinte e Quatro elegeisse os seus procuradores.

Durante quatro anos travou-se renhida luta, «mas honrosíssima para o povo e Casa dos Vinte e Quatro Mesteres da Cidade de Lisboa, que ardentemente sustentaram os princípios mais saudáveis, pugnando até ao último extremo, pela integridade dos foros, regalias e privilégios do reino» (4).

Entre outros, veja-se este corajoso protesto, apresentado em 8 de Abril de 1634 pelo juiz do povo e Casa dos Vinte e Quatro (5): «o Juiz do povo e casa dos 24, que presente estão, em nome de todo o povo desta cidade de Lx.^a protestão de nullidade a tudo o que se fizer e obrar em razão das cortes ou junta de que se trata, por ser contra as liberdades, izenções, graças e merces concedidas por foros e capitlações pellos S.^{res} Reys e per elles juradas; e protestão, outrossy, que a elleição e nomeação dos dous procuradores, de que nesta vreação se trata e pretende tratar, para assistirem por parte desta cidade nas ditas chamadas cortes ou junta, ser nulla e de nenhum effeito e vigor e consecutivamente o ser tudo o pellos ditos procuradores proposto, tratado, discutido, decedido e consentido, para q̄ em nenhum tempo possa, por via alguá, causar prejuizo ou dano algum a esta cidade de Lisboa e seu povo, etc.». E mais adiante: «E este protesto pedimos ao S.^r Conde presidente, vreadores e mais ministros deste senado da Camara, mande ao escrivão della o tome e lance no livro em que se tratar da dita eleição dos dous procuradores, para q̄ a camara está junta; e p.^a conservação do direito do povo e casa dos 24 lhes passe certidão com o treslado deste protesto».

No entanto, a despeito da resistência do povo de Lisboa, não hesitou o Conde do Prado, «muito menos habil e com muito menor prestigio do que o seu antecessor o Conde de Castelo Novo» (6), em realizar a eleição, mas somente para o procurador letrado e para o procurador fidalgo.

«O resultado foi lamentável e um desaire para ele» (7).

(4) *Elementos*, vol. IV, pág. 291.

(5) *Idem*, pág. 45.

(6) *Idem*, tomo IV, pág. 47.

(7) *Idem*.

*

Em fins de 1636 a armada portuguesa sofrera um novo revez em pleno Atlântico. De Castela insistia-se violentamente com a Câmara para que esta «armasse á sua custa quatrocentos a quinhentos soldados para logo se acudir à restauração do Brasil»⁽⁸⁾. Os despachos da Duquesa de Mântua para o presidente do Senado eram incisivos, violentos: «O conde do Prado, presidente da Camara desta cidade, e os ministros della tratem logo de executar, sem mais replica, nem dilacção, etc.».

Embora partidário de Castela, resistia ainda (certamente forçado pelos seus colegas da Câmara) o Conde do Prado às decisões de Filipe IV. Teve, porém, de ceder. Em 14 de Julho o presidente comunica à Duquesa de Mântua⁽⁹⁾ que «De Evora e Setuual serão aqui amanhã, ou outro dia, duas tropas de sessenta ou setenta soldados, dos q̄ a camera tem a sua conta leuantar p.^a esta armada».

Era a asfixia quase total do já débil orçamento da Câmara.

*

Em 1635 a Câmara solicita a Filipe IV que, como já em tempos havia exposto, lhe fosse dado um novo regimento para que, como convinha, melhor se encaminhassem os negócios. O pedido caíra no esquecimento. Só mais tarde, em 1671, o assunto tornou a ser ventilado, como havemos de referir.

*

A hora decisiva da libertação do país avizinhava-se. Portugal vivia as suas horas mais amargas. «Só faltava tributar o ar», como refere o historiador D. Francisco Manuel de Melo, na sua *Epanáphora Política*.

Entretanto, avolumava-se a tenebrosa ideia da unificação dos dois Reinos. A monarquia dualista do primeiro Filipe desmoronava-se, roídos seus alicerces pelos apaniguados de Castela.

Para dar realidade a esse pensamento, havia muito premeditado, são chamadas à Corte as principais figuras do reino.

D. Luís de Sousa foi, então, pelo seu cargo de presidente do Senado, um dos fidalgos que acompanharam os arcebispos de Lisboa, Braga e Évora e o Bispo do Porto, a Madrid.

⁽⁸⁾ *Elementos*, pág. 228.

⁽⁹⁾ *Idem*, pág. 343.

Pela correspondência trocada entre os vereadores e o Conde do Prado verifica-se o receio do Senado de que as resoluções que então se tomavam em Castela fossem contrárias aos «capítulos de cortes e foros deste reino».

A última carta da Câmara para o Conde do Prado é de 19 de Fevereiro de 1639. Dois meses passados, Filipe IV nomeia o Conde de Cantanhede presidente do Governo da Câmara. Caíra D. Luís de Sousa em desgraça do monarca? Ter-se-ia oposto às claras pretensões do Governo? Certo é que não mais o Conde do Prado voltou a sentar-se na cadeira presidencial do Senado da mui nobre cidade de Lisboa.

Ficou D. Luís de Sousa, após o seu casamento, em Madrid, com D. Mariana de Gusmão, a viver na pátria de sua mulher, que preferira à dos seus maiores. No entanto, diz-nos D. António Caetano de Sousa ⁽¹⁰⁾, «fez o seu testamento a 23 de Janeiro de 1643 mandando-se enterrar na igreja do Hospital de Santo António dos Portugueses, debaixo do altar mor».

D. PEDRO DE MENESES

CONDE DE CANTANHEDE

1639-1643

É de teor diferente das anteriores a carta que nomeia o Conde de Cantanhede presidente do Senado ⁽¹¹⁾:

«Dom Phelippe por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor da Guine e da conquista navegação e comercio da Ethiopia Arabia Percia e da India faço saber aos que esta minha carta virem que porquanto espero que o conde de Cantanhede por sua qualidade cumprirá com as obrigações de meu serviço, e por me achar com toda a satisfação de como acuide delle em todas as occasiões o Arcebispo de Evora seu cunhado, hey por bem e me praz de lhe fazer merce do Cargo de Presidente da Câmara de Lisboa *por dous annos* (Nota à margem: quiz Deos que servisse muitos) e durante elles emquanto for minha vontade com calidade que se acabados elles, que se contraão do dia em que tomar posse, não tiver despacho para continuar lhe há de cessar o exercício do dito Cargo totalmente porque para continuar ha de ter presisamente outro despacho meu, sem que possa pedir satisfação quando o deixe, o qual cargo servirá e delle usara pello dito tempo na forma que fica referido com a jurisdição honrras preheminenças privilegios liberdades e prerrogativas que por elle lhe são concedidas e com o mesmo ordenado propinas e emolumentos de que gozarão seus antecessores no dito Cargo, e mando aos vereadores e procuradores da dita

⁽¹⁰⁾ *Hist. Genealógica*, tomo XII, parte II, pág. 133.

⁽¹¹⁾ *Livro Carmezim*, fl. 114 v. (Arquivo Municipal).

Camara e procuradores dos misteres della, e a todos os mais officiaes e menistros subordinados a dita Camara que o hajão por Presidente della, jurando elle primeiro na Chancelaria aos Santos Evangelhos que bem e verdadeiramente servirá o dito Cargo pello dito tempo guardando em tudo meu serviço e as partes seu direito de que pagou noventa e oito mil reis que são duas decimas de quatrocentos e noventa mil reis que rende ao todo em cada hum anno, e que tocão a mea annata dos ditos dous annos; e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta por my assinada e passada por minha Chancelaria e sellada com o sello pendente de minhas armas. Dada em Madrid aos treze dias do mes de Abril, Martim de Figueiredo Sarmiento a fez Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos trinta e nove. Diogo Soares o fiz escrever — El Rey — O Duque de Villahermosa Conde de Ficalho — Carta do Cargo de Presidente da Camara da cidade de Lisboa de que V. Magestade encarrega por tempo de dous annos ao Conde de Cantanhede, com as qualidades e pellos respeitos que nella se referem. Para V. Magestade ver toda — Fernão Cabral — pagou treze mil reis em Lisboa a 10 de Mayo de 1639 annos e aos officiaes com o cordão dous mil cento e des reis — Miguel Maldonado. Registada na Chancelaria a folhas 83 Manuel Ferreyra Botelho — Eu lhe dei juramento em forma, a 9 de Mayo 639, o Chanceler Mór —

tomou posse o Conde aos doze de Mayo de 1639.»

Qual a razão deste prazo de dois anos sòmente?

Porquê a alusão ao Arcebispo de Évora, seu cunhado, que então estava em Madrid? ⁽¹²⁾ Tudo nos leva a crer que o facto de durante o domínio dos Filipes se designar o período da gerência dos presidentes do Senado e, principalmente, a redução deste, como no caso presente, para dois' annos, se baseia na falta de confiança absoluta nos fidalgos escolhidos para o cargo.

A pronta adesão de D. Pedro de Meneses, quase dois annos volvidos, à causa de D. João IV, mostra-nos que este fidalgo, embora designado em momento grave para Castela, na sua administração dos negócios de Portugal, nunca abandonara os seus sentimentos de lealdade à pátria.

D. Pedro, 2.º Conde de Cantanhede ⁽¹³⁾, não era figura de destaque na política de então. Cargo de relevo sòmente occupou o de presidente do Senado.

No próprio dia da posse do Conde de Cantanhede, a 12 de Maio, a vereação reúne ⁽¹⁴⁾ e delibera concorrer com as despesas necessárias ao recrutamento de 200 soldados. Esta ordem de Castela, para o Senado de Lisboa pagar das suas receitas a manu-

⁽¹²⁾ D. João Coutinho, que foi Reitor da Universidade de Coimbra e, depois, Bispo do Algarve, de Lamego e de Évora, onde se encontrava quando dos tumultos nesta cidade.

⁽¹³⁾ Era casado com D. Constança Gusmão.

⁽¹⁴⁾ *Elementos*, vol. IV, pág. 383.

tenção desses soldados, arrastava-se havia já alguns meses. Na própria carta da vereação enviada para Madrid, ao Conde do Prado, a Câmara queixava-se de não poder «fazer semelhante despesa, e que não pode haver outro remédio mais que o de finta, que em tanta miséria, pode ser de escândalo». E noutro passo da mesma carta a Câmara expõe as dificuldades de «se puxar pelo povo, que está tão impossibilitado». Mas as ordens tinham de ser cumpridas. E nesse dia 12 resolve o Senado aprontar de facto esses 200 soldados e «por ivitar custas e despesas, p^a as quais a cidade não está, q̄ ao levantamento destes ditos soldados assistise Dom Ant.^o Luís de Menezes» (mais tarde 1.^o Marquês de Marialva e uma das figuras militares mais prestigiosas das guerras da restauração), filho do conde presidente, «q p.^a servir a c^{do} quer tomar este trabalho a sua conta».

O novo presidente do Senado era já pessoa experimentada no alistamento de tropas. Em 1624, quando se preparara a expedição para recuperar a cidade da Baía, foi D. Pedro encarregado da organização de um destacamento em Coimbra (¹⁵).

★

Difícil é fazer-se uma resenha, pálida que seja, da acção do Conde de Cantanhede à frente do Senado olisiponense. A gerência municipal estava sòmente confinada aos assuntos vulgares de administração e, principalmente, de policiamento (¹⁶) e de assistência, tal era a terrível situação de «delitos que nesta cidade» iam «cada dia crescendo» e da miséria do povo, saturado de impostos.

Desde os tumultos de Évora a monarquia dualista de Castela e Portugal tinha os seus dias contados. Compreendendo a realidade dos factos, quis ainda Filipe IV manietar os movimentos do Duque de Bragança, incumbindo-o da governança das armas do Reino.

«A insurreição da Catalunha, em Junho de 1640, deu novos alentos à conspiração. A ela aderiram pessoas de alto prestígio, como D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa e D. António Telo, coronel de um terço de infantaria. Mais importante foi ainda a adesão do povo de Lisboa e dos vinte e quatro representantes dos Mesteres da cidade de Lisboa, conseguido por P.^o Nicolau da Maia. Ficava assim assegurado o indispensável apoio das classes populares» (¹⁷).

(¹⁵) *Col. de leg. port.*, de J. J. Andrade e Silva.

(¹⁶) Em 27 de Setembro de 1639 a Câmara delibera «que os juizes do crime, como é costume, reformassem os quadrilheiros nos seus bairros». *Elementos*, tomo IV, pág. 384.

(¹⁷) *Lisboa, Oito Séculos de História*, vol. II, pág. 433.

Segundo Freire de Oliveira ⁽¹⁸⁾, e foi por nós verificado, o último assento da vereação anterior a 1 de Dezembro é de 6 de Outubro. Quase dois meses de um mutismo absoluto, compreensível somente pelo estado de inquietação dos responsáveis pela gerência dos negócios da cidade.

A manhã «pura e alegre» de 1.º de Dezembro chegara, finalmente. Qual a acção então exercida pela Câmara e, muito principalmente, pelo seu presidente? Ouçamos a voz autorizada do Conde de Ericeira ⁽¹⁹⁾, que, depois de nos descrever o que se passou no Paço da Ribeira, escreve: «O estrondo, a confusão e a incerteza havia obrigado os moradores da cidade a se recolherem a suas casas, e, por esse respeito, não acharam os confederados junta a gente que supunham, de que se afligiram muito. Porém, depressa se livraram deste susto, porque, tanto se entendeu o fim da revolução e do estrondo, concorreu todo o povo a aclamar com grande affecto o novo Rei. Ajudou muito esta resolução o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, porque tanto que teve notícia de que estava felizmente executado tudo o que antecipadamente se havia disposto, saíra da Sé, e, no terreiro que lhe fica diante, achou D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede, Presidente da Camara com todo o Senado, porque havendo cerrado as portas do Tribunal, onde estava, o persuadiram seus filhos a que as abrisse ⁽²⁰⁾, não lhe havendo comunicado antes a grande acção que empreendiam. Cedeu sem difficuldade a tão generosa instância; mandou abrir as portas, entraram dentro, pegou D. Alvaro de Abranches na bandeira da cidade, seguiram-no todos, vieram buscar o arcebispo, etc.».

★

Pelo facto de D. Pedro de Meneses ser considerado como vassallo fiel à causa do Duque de Bragança, ou por consideração por seu filho, um dos principais obreiros da conjuração vitoriosa, certo é que D. João IV o conservou à frente do Senado após a Restauração do Reino. Informa-nos ainda o Conde de Ericeira — nenhum documento existe no Arquivo Municipal sobre a cerimónia — que no dia 15 de Dezembro, após o juramento, passou D. João IV na Praça do Pelourinho, onde estava armado um estrado, e «ouviu uma oração ao dr. Francisco Rebelo Homem, vereador da Camara, que continha o alvoroço do povo e a resolução de defender empresa tão gloriosa. Acabada a oração lhe entregou as chaves da cidade o Conde de Cantanhede, presidente do Senado». J. J. de Andrade Silva ⁽²¹⁾ refere-se também a D. Pedro de Meneses, que, diz-nos, segundo as velhas prerrogativas municipais, empunhou nesse acto uma das varas do pátio e ia vestido de veludo preto forrado de seda branca.

⁽¹⁸⁾ *Elementos*, tomo IV, pág. 411.

⁽¹⁹⁾ *História de Portugal Restaurado*, vol. I, pág. 123.

⁽²⁰⁾ Seu filho, D. António Luís de Meneses, foi um dos fidalgos que entrou, no Paço da Ribeira, nos aposentos da Duquesa de Mântua.

⁽²¹⁾ *Col. de leg. port.*

A Pátria despertara, e Lisboa, a portuguesíssima, a mui nobre e sempre leal cidade, retoma o seu caminho glorioso na História. Não pode, contudo recuperar logo o seu prestígio de grande e próspera capital. Sessenta anos de uma fictícia monarquia dualista amortalhara-a em luto e sofrimento. Sufocada de impostos, desejara ela, contudo, como cabeça do reino, conservar para além dos mares o prestígio e o bom nome português. Para tal, não regateava os mais pesados encargos materiais.

Foram sessenta anos de apatia urbanística, de notório atraso no seu desenvolvimento expansionista.

Em todo esse período somente quatro freguesias se criaram em Lisboa: Trindade (1584), N. S.^a do Socorro (1596), S. Sebastião da Pedreira (1608-1620) e Nossa Senhora das Mercês (1632). Lisboa pouco se expandira; os seus habitantes não atingiam o número de 110.000. Para além das colinas estendiam-se os campos incultos, quase abandonados.

Um que outro convento, casas apalaçadas ou modestas se haviam construído mas sem planos concebidos, somente ao acaso das vontades particulares.

Graves problemas políticos ocupavam a atenção do Senado. Os de ordem urbanística, esses, eram protelados, esquecidos mesmo. A fisionomia da urbe parara no rodar do tempo.

Portugal reconquista a liberdade usurpada.

Lisboa rejubila com a Pátria nessa hora alta, magnífica, de exaltação nacional. Ajudara, com a acção decisiva de um punhado de Portugueses, à queda da hegemonia do império de Carlos V, desagregado já sob o ceptro de Filipe IV, e à realização férrea da política de Richelieu que conduziria ao tratado de Westfália.

Estóica e paciente, decisiva e orgulhosa, a cidade do Tejo prepara-se — combatida, embora, de lutas, de epidemias e de vexames — para enfrentar um novo período de sacrifícios, de campanhas quase ininterruptas.

Um ano volvido, altiva e generosa, a Câmara de Lisboa, sangrando ainda dos encargos monstruosos que lhe impuseram os dirigentes de Castela, delibera que⁽²²⁾ «se começasse logo fazer deligencia pelos moradores desta cidade e seu termo, pedindo voluntariamente o que cada um quizesse dar» para o «serviço que S. Mag.^{de} pede de um milhão, cada um ano, por tempo de trez anos, se tanto durar a guerra neste reino».

(22) *Elementos*, tomo IV, pág. 419.

E foram 28 anos de sacrifício, de tenacidade, de amor pátrio, de que o povo de Lisboa deu exemplo magnífico que a História não registou ainda em toda a grandeza da sua verdadeira amplitude.

Ao mesmo tempo que o Senado auxiliava os preparativos da organização militar do País, impunha novo tributo para as despesas da fortificação da cidade. Esta obra, porém, só mais tarde se tornara realidade.

Falha de recursos suficientes para desde logo se iniciarem essas obras, havia que, de qualquer modo, se preparar a melhor defesa possível da cidade. A Câmara manda então (1643) que «nas casas fronteiras aos muros dela se abram portas para elas, na forma que parecer mais conveniente» (26).

Mas não somente à defesa da cidade se confinava o auxílio material da Câmara. Um dos baluartes da cidade de Elvas foi construído pelo Senado, que nele mandou pôr as armas de Lisboa (24) «porque conste haver-se feito com sua despesa».

*

Não se alheou nunca a Câmara, sempre que se tornava de utilidade, exercer a sua acção de carácter cultural. Já aqui aludimos ao facto. Neste ano de 1643, embora amarfalhada em preocupações constantes e difíceis, a Câmara, «posto que... com suas rendas tão tenues, contudo, tirando forças da maior fraqueza», auxilia a publicação da obra de Luís Marinho de Azevedo: *Primeira parte da fundação e grandeza da cidade de Lisboa* (26).

*

Impossível é, pelos documentos que até nós chegaram, avaliar qual a acção desenvolvida nesse difícil período da história de Lisboa pelo seu presidente, D. Pedro de Meneses, o qual, cremos, se afastou do exercício do cargo nos fins de Dezembro de 1643. A sua substituição foi difícil. Em 10 de Janeiro de 1644 baixa à Câmara o seguinte decreto de D. João IV (26): «A Camara desta cidade não altere cousa alguma no governo dela, nem preveja officio ou lugar algum, nem aceite renúnciação dela enquanto a ela não for presidente».

Diz-nos D. António Caetano de Sousa, muito laconicamente, que D. Pedro de Meneses faleceu em 1644 (27). E é tudo quanto se sabe.

(*Continua*).

Ferreira de Andrade.

(23) *Elementos*, pág. 501.

(24) Decreto de 13 de Setembro de 1643. *Elementos*, vol. IV, pág. 518. O baluarte custou à cidade seis mil cruzados.

(25) *Elementos*, vol. IV, pág. 510. Só veio a publicar-se em 1652.

(26) *Elementos*, vol. IV, pág. 530.

(27) *Hist. genealógica*, tomo V, pág. 162.

COLÓQUIO NACIONAL DE TURISMO



*PALAVRAS PROFERIDAS PELO VICE-PRESIDENTE
DA C. M. L., EX.^{mo} SR. ANIBAL DAVID, NA ABERTURA
DA SESSÃO PLENÁRIA DO COLÓQUIO DE TURISMO
REALIZADO NO S. N. I.*

Ao iniciarmos as breves considerações que nos propusemos fazer nesta sessão plenária, em nome da Câmara Municipal de Lisboa, desejamos expressar ao Ex.^{mo} Sr. Secretário Nacional da Informação, Sr. Dr. César Moreira Baptista e aos seus mais directos colaboradores, cordiais felicitações pela magnífica iniciativa deste primeiro Colóquio Nacional de Turismo.

Desejamos igualmente apresentar aos Ex.^{mos} Srs. Delegados, vindos de todas as províncias de Portugal, os mais sinceros votos de boas-vindas e boa estadia, em nome da cidade de Lisboa.

É nossa convicção, ao verificarmos o entusiasmo e interesse que este primeiro Colóquio despertou em todo o mundo português, a quantidade e qualidade dos delegados presentes, e o número de trabalhos apresentados, que esta realização constituirá um passo decisivo no caminho da coordenação, disciplina e prestígio do turismo, em terras portuguesas.

32 Foi por pressentir o seu êxito, que a Câmara Municipal de Lisboa, desde a primeira hora se colocou inteiramente à disposição do S. N. I., oferecendo-lhe uma colaboração sincera e leal, de forma a contribuir na medida das suas possibilidades, para maior prestígio destas reuniões.

Foi igualmente nosso pensamento, de que num Colóquio sobre Turismo Português, Lisboa, teria, além de estar presente, uma palavra a dizer e algo a comunicar. Constituem pilares fundamentais do turismo, os transportes, hotéis, clima, monumentos e artes.

Sabido que a posição geográfica dos países ou das cidades, e a facilidade de transporte que as servem, muito especialmente terrestres, influem decisivamente na preferência dos viajantes, por constituírem o caminho natural e acessível, estabelecemos paralelo entre o nosso e outros países da Europa Ocidental, como a Itália, Suíça, França e Espanha, que sabemos serem os que detêm a maior e mais rica torrente do turismo internacional.

Estes ficam estrategicamente na zona de transportes, luxuosos, rápidos e económicos, que os ligam entre si.

Ora, para visitarem Portugal, esses mesmos viajantes têm que se deslocar utilizando transportes mais morosos e menos cómodos.

Assim, verificamos sem espanto, que enquanto no ano passado visitaram ou transitaram por Espanha 6 milhões de pessoas, o movimento turístico em Portugal, não ultrapassou os 330 mil.

Poderemos pois concluir que Portugal, implantado no extremo ocidental da Europa, não se encontra hoje na encruzilhada do turismo internacional.

Se o apetrechamento hoteleiro de uma grande cidade constitui o mais seguro barómetro do seu nível turístico, estamos convictos de que Lisboa deve ocupar já lugar de relevo na escala internacional, dado o número e qualidades de novos hotéis que todos os dias enriquecem este importantíssimo sector da vida da capital.

É sabido de todos os que costumam viajar, que um bom hotel é muitas vezes, só por si, forte elemento de atracção para os viajantes. Felicitamos muito sinceramente o governo da Nação, pela promulgação da legislação adequada, que permitiu a resolução deste importantíssimo problema, que tanto prejudicava o prestígio nacional. Ficou assim aberta a porta mais pesada e difícil que impedia o afluxo de estrangeiros e nacionais à nossa capital.

Dispõem os países europeus há pouco mencionados, de condições que interessam verdadeiramente os apaixonados pelas belezas naturais, pela música, cultura, arte, recreio, história e excepcionais patrimónios monumentais e artísticos? Com justiça teremos que responder afirmativamente.

Em que escala pode então Portugal, aspirar a um lugar que de perto se aproxime daqueles? Supomos que não poderemos ser inteiramente optimistas. Teremos sim, para vencer a natureza das coisas, de trabalhar muito, num esforço conjunto, planeando uma política inteligente e enérgica, a fim de encontrarmos os meios de acção que anulem a nossa cada vez mais precária situação geográfica, e relativamente modesto património monumental e artístico.

Lisboa, com o espantoso progresso da aviação perdeu a sua excepcional posição geográfica, e o seu porto, recebe hoje uma menor percentagem do turismo estrangeiro.

Estas devem ter sido algumas das preocupações dos organizadores deste Colóquio. Igualmente estão no espírito dos responsáveis pela Câmara Municipal de Lisboa, quando dentro de uma orientação definida, estudam a par dos seus muitos, graves, vastos e complexos problemas, da administração municipal e urbanização citadina, os aspectos que ao turismo de Lisboa, estão mais intimamente ligados.

A Presidência da Câmara, consciente da responsabilidade de Lisboa, como capital de um país que necessita do turismo internacional, convicta da verdade da máxima de que: *O impossível é apenas o que leva mais tempo a realizar*, vem planeando, orçamentando, e dando execução aos trabalhos em que o seu contributo possa ser decisivo e útil, que o mesmo é dizer, à economia e prosperidade da Nação.

Sabido que a entrada de divisas provenientes do turismo, e classificadas de invisiáveis, têm constituído nalguns países há pouco apontados, um dos maiores esteios para o seu revigoramento financeiro e económico do após guerra, a Câmara Municipal de Lisboa tem preparado ou em preparação, elementos de acção que virão seguramente a constituir forte contributo para o interesse turístico da capital.

Porque Lisboa é, meus senhores, uma bonita cidade. Mas Lisboa não é uma rica cidade. Lisboa, é, como todas as donas que se pintam, uma sedutora cidade, mas não pode descurar a sua «maquillage».

Porque ela é, na verdade, uma cidade limpa, lavada, arejada e de povo acolhedor e amável, à qual não falta o perfume das claras manhãs soalheiras e luminosas. Porque é uma cidade colorida, de tardes inesquecíveis, e cujo matiz converte o seu fim do dia, ao esconder do sol por detrás do oceano, num dos mais belos espectáculos que se podem oferecer.

Porque Lisboa tem já um comércio com nível elevado, que necessita apenas estar ligado mais intimamente a estes problemas, pois que a política turística de um país, tem que necessariamente coordenar todos os sectores, entre os quais o comércio tem papel relevante. Porque Lisboa melhora, e enriquece-se em todos os campos da cultura, da arte, da música e da urbanização, embora nalguns aspectos com uma lentidão, para nós tantas vezes inexplicável.

Conclui-se assim que Lisboa poderá vir a ser, se nós quisermos, uma próspera e grande cidade turística.

★

34 Minhas senhoras e meus senhores — desejou o Ex.^{mo} Presidente da Câmara, sr. brigadeiro França Borges, que as palavras de abertura desta sessão plenária, fossem proferidas pelo seu Vice-Presidente — gentileza que não nos surpreendeu, por conhecermos o seu espírito elegante e cavalheiresco. Mas se S. Ex.^a acertou no interesse e entusiasmo, terá que transigir quanto à competência e qualidade do orador.

Tem porém esta honrosa missão para o nosso espírito uma faceta, que nos encoraja e deleita; é o facto de falarmos de Lisboa, a Princesa do Mar Oceano, no dizer do setecentista Coelho Gasco, da Princesa das Cidades do Mundo, como lhe chamou o maior poeta português, da Rainha das Águas do Universo, como outro a apelidou, e com propriedade, olhando a majestade com que sobre as praias do Tejo, que lhe servem de sólio, presidem a todas as ribeiras do Mar Oceano.

Falar de Lisboa, é lembrar D. Francisco Manuel de Melo, quando afirmava que como jóia de testa da Europa, porto ou cidade que oferecendo-se para descanso de todos os peregrinos navegantes, quer da Ásia, América e África, viessem parar a este empório, como o mais certo, capaz e seguro de todo o ocidente. Falar de Lisboa, é alardear a formosura da baía do seu Tejo, que contemplado em hora de ócio dos altos de Belver, (hoje Santa Catarina) e em sonho nos transportássemos ao século XVI, narcotizados por uma dessas luminosas tardes do embalador clima peninsular, e repousadamente, espairescessemos a vista no azul nacarado desse mar que é o Tejo grandioso, e pela sua baía sem rival. E se alongando os horizontes, vislumbrassemos sem esforço os cachões brancos da barra, e mais além os outeiros cretáceos da Caparica, — para nascente as ribas do Alfeite, as linhas grandiosas das serras da Arrábida e S. Luís, o cabeço histórico de Palmela, e as terras chãs do Barreiro e Seixal. E se preguiçosamente apesar de termos os olhos saturados de tanta beleza os voltássemos para o enrugado lençol branco do casario da cidade, alastrado como estendal ao rés das águas, distinguíssemos e contássemos um por um os galeões fundeados, as *urcas*, as *carracas*, ou o deslizar das caravelas e catraias, pudessemos despertando de tão belo sonho, dizer com entranhado gosto, que havíamos presenciado um dos espectáculos mais pitorescos, mais variados e mais atraentes do mundo.

Do mar, gosta, em geral, o português, mas o lisboeta quere-lhe muito. Toda a sua história teve início no Tejo. As suas longas viagens, as suas aventuras longínquas, os descobrimentos ou pelejas ao longo de praias desconhecidas, através de oceanos sem fim, e até as narrações dessas aventuras que ao mundo deram novos mundos, tudo inflama e encandescce o espírito do ribeirinho lisboeta. É assim ainda hoje, apesar da decadência do seu poderio marítimo. Assim foi nos séculos XVII, XVI, e até no recuado século XV, mostrando a flagrância das tendências herdadas de Fenícios e Cartagineses, e transmitidas com o vigor do atavismo, ao longo de sucessivas gerações.

Foi o espírito ribeirinho e naval deste povo, que levou El-Rei D. Afonso Henriques com a sagacidade que o tornou um dos mais hábeis e previdentes administradores, a conceder foral a esta cidade, no ano de 1179.

Sem o Tejo, nunca Lisboa teria sido o grande empório respeitado, ambicionado e magnífico dos recuados séculos, em que tão grandes fomos. Vamos mais longe. Toda a grandeza de Portugal no mundo, se deve a esse rio fabuloso, esse gigante que soube forjar com o seu poder mágico, os artifices e as naus, que com grandeza

ancestral formaram a raiz da esplendorosa aparição desse imortal construtor do Império, o Infante D. Henrique, que há cinco séculos elevou ao altar da Pátria a grandeza marítima e virtudes dos marinheiros modestos que daqui partiram, e tão famosos voltaram.

Não temos meus senhores, veleidades de fazer história, nem pretendemos sequer, aflorar a estranha, intensa e rumorosa vida da Ribeira de Lisboa, como lhe chamou Júlio de Castilho, a esta orla magnífica da margem norte, mas sabe bem recordar, que toda a actividade deste povo, toda a sua vida ribeirinha, se iniciou e perdeu durante séculos até aos dias de hoje, ao redor do seu Tejo.

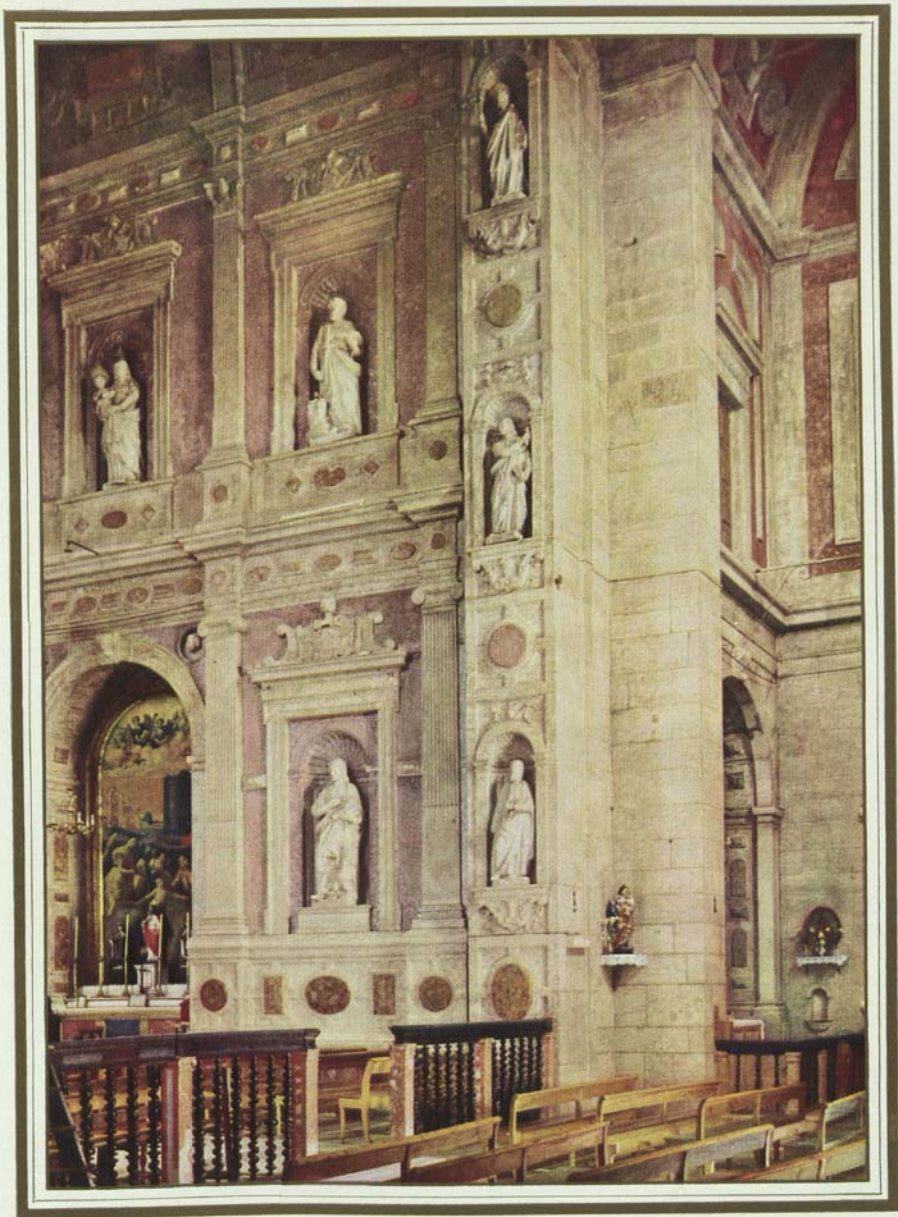
É pois Lisboa, a senhora do Tejo, e é pois o Tejo, o mais fecundo historiador de Lisboa.

Não vos falarei de Lisboa do nosso século, cujo crescimento cristalizou nos seus primórdios. Só com o aparecimento de Duarte Pacheco, esse génio da moderna urbanística, se inicia o surto fulminante da transformação da capital que V. Ex.^{ma} conhecem. É este homem que com o seu extraordinário espírito moderno, areja Lisboa, limpa de baracões as vistas comprometidas e rompe até Cascais essa avenida que o futuro consagrará. Concebe novos bairros, etc., etc. Vem Duarte Pacheco pela mão de Salazar, o grande, o fundador do novo Portugal, que ao mundo tem dado e continua dando graças a Deus, lições de dignidade administrativa, de força de vontade, de honestidade de processos, de decisão, de autoridade e austeridade, escrevendo páginas de história que constituirão nas eras vindouras, a Bíblia Portuguesa. Sem ele, senhores, não estaríamos agora tão serenamente apreciando aqui os problemas do turismo em Portugal.

Não vos falarei da Lisboa de hoje, pela simples razão de que está realizado, conhecem-no V. Ex.^{ma} e algumas das belezas de Lisboa ou dos planos projectados ou em execução, vão ser relatados e descritos, pela voz de distintos técnicos e funcionários municipais, com a autoridade e competência que V. Ex.^{ma} vão ter oportunidade de apreciar.

Têm pois a palavra os obreiros e preciosos colaboradores da grande missão que a Câmara Municipal de Lisboa a si própria se impôs, no cumprimento da alta missão de cuidar e valorizar a sua cidade, — Princesa do Mar Oceano, como lhe chamou Coelho Gasco, Rainha das Águas do Universo, e a Jóia da Testa da Europa, segundo os poetas de antanho cujos cognomes jamais alguém ousou contestar.





ALÇADO LATERAL DA CAPELA-MOR DA IGREJA DA LUZ



ALFAMA

É este um dos bairros mais típicos de Lisboa, verdadeiro labirinto de ruelas tortuosas, de pitoresco inextinguível, cortadas de becos estreitos sobre que se precipitam escadarias ou reabrem arcos e postigos, recantos de um sabor arcaico, com os seus andares de ressaltos apoiados por varões oblíquos de ferro ou de madeira, casas com as suas empenas de bico em que se abre ao alto, por vezes, a fresta quadrada, seus balcões de grades ou balaustres, suas janelinhas de rótulas e poiais floridos de craveiros e seus registos de azulejos onde a Virgem se ostenta entre Santo António e S. Marçal. A figuração de S. Marçal é justificada pelo facto do bairro ser muito populoso e ser este Santo o advogado contra incêndios.

Com o desaparecimento, em 1867, da designação nominal dos bairros, extinguiu-se o de Alfama como designação oficial. Mas, para o vulgo, o nome não morreu,

nem podia morrer, dada a sua velha história cheia de tradição, e, até, porque a designação de Alfama — que vem do árabe — provém, certamente, do facto de existirem neste local nascentes de águas quentes termais que, em certas épocas, tiveram grande importância. Estas nascentes existem ainda em vários pontos da encosta quase todas nas proximidades de igrejas.

Houve, no entanto, um local onde as águas destas nascentes foram mais utilizadas para banhos, por serem consideradas milagrosas.

O local onde se fez o seu aproveitamento mais intenso ainda hoje se designa por Alcaçarias, e fica situado entre os becos dos Cortumes e da Judiaria.

Ao contrário do que se pode pensar, a designação Alcaçarias não deriva do facto de existirem aqui águas medicinais, mas, sim, ao que tudo indica, de terem existido neste local indústrias de curtimentos de peles e mercados judeus.

Alfama remonta ao tempo dos Visigodos. Na dominação árabe constituiu um bairro aristocrático.

Depois de Lisboa se tornar cristã, Alfama revelou-se sucessivamente plebeia, marítima, fidalga e religiosa.

O seu interesse actual resulta justamente destes caracteres, tão diferentes, que se conjugam num todo harmónico, em que a expressão do seu casario se confunde com a índole da sua gente, calma e trabalhadora, tão diferente da de outrora, que era buliçosa e de hábitos pouco recomendáveis.

A sua toponímia é toda sentimental, chegando a haver dísticos que nos impressionam. Assim, ao que consta, o Beco da Formosa deve o seu nome a uma Senhora de grande beleza que se tornou célebre por uma questão que sustentou com o Duque de Bragança, por causa de negócios de peixe, que ambos tinham na Alfama.

Outra nota também curiosa é a que se refere à antiga Rua da Cruz do Mau, presentemente, Miguel Braga.

Chamava-se antigamente assim, por nela ter vivido um homem de fama terrível, herege, mas que, à hora da morte, se dirigiu a uma cruz que ali existia e morreu abraçado a ela.

É também curioso notar que, segundo o último Censo, a população dos bairros de Santo Estêvão e de S. Miguel era de 15 000 pessoas, na maioria oriundas da região de Aveiro.

É esta a Alfama que a municipalidade de Lisboa pretende valorizar cada vez mais, não no sentido de alindar ou modernizar, mas sim de restaurar, compor, higienizar e procurar dar aos seus habitantes melhores condições de vida para que todo este aglomerado populacional se mantenha vivo, alegre e prazenteiro, dentro da tradição, e dê às pessoas que queiram conhecer um bairro típico, talvez único no mundo, a certeza de que o povo humilde que aqui vive é bom e tem uma nobreza própria, digna de se poder confundir, nos dias de folgado ou de tristeza, com a dos grandes que aqui habitam.

Como estamos a tratar de turismo, julgamos oportuno conduzir o turista a Alfama para se lhe dar um apontamento rápido do que é este Bairro, sem contudo o fatigar.

Para isso, não vamos entrar na vetusta Alfama pelo seu vestibulo natural, que é o Chafariz de Dentro, pois é dele que partem as principais artérias do Bairro, formando conjunto com o casario cheio de pitoresco, onde a principal nota arqueológica é dada pelos andares de ressalto, pelo pórtico de colunas jónicas, que fica no início da Rua de S. Pedro, e, ainda, pelo Chafariz que dá o nome ao largo.

Vamos, sim, conduzir-nos ao Largo de Santo Estêvão, onde se eleva a igreja do mesmo nome, fundada por D. Dinis, e de cujo adro, onde se levanta um Cruzeiro, se disfruta uma soberba vista sobre Alfama baixa e o Tejo. Como a altura em que se situa o Limoeiro tapa a vista deste ponto para o lado Ocidental, as duas margens do Tejo parecem aproximar-se e fundir-se, o que dá a ilusão de uma bacia completamente fechada. É uma visão panorâmica que nunca mais se esquece, pois é única na Cidade. O casario da Outra Banda parece continuar-se com o da Cidade.

Uma nota interessante sobre a igreja: o retábulo do altar-mor — obra considerada notável — foi mandado executar por D. João V — grande devoto de Santo Estêvão —, aos artistas das obras de Mafra.

Atrás da igreja, e fazendo parte do Beco do Chanceler, temos o solar seiscentista dos Azevedo Coutinho, notável pelos seus azulejos.

Descendo as escadinhas de Santo Estêvão, podíamos entrar numa das mais importantes e populosas ruas de Alfama, a dos Remédios, onde se encontra a Ermida dos Remédios do Espírito Santo de Alfama, fundada em 1551, para Capela do Hospital, cuja denominação está intimamente ligada aos navegantes e pescadores do Bairro.

Diz-se que esta Ermida foi erigida sobre um poço de fama milagrosa, onde foi encontrada uma imagem da Senhora dos Remédios, aí por volta de 1500.

É neste percurso, que se faz através da Rua da Regueira, que se encontra no n.º 1-A desta rua, tornejando para o Beco do Espírito Santo, um dos prédios mais antigos da Alfama, situado em frente das escadinhas de Santo Estêvão.

Antes de descermos o estreitíssimo Beco do Carneiro, onde os telhados de dois prédios se tocam, devemos admirar uma das panorâmicas mais belas da Alfama, embora limitada, dado que se situa numa angular determinada. A luz, o claro escuro e o conjunto de planos que se observam, são de efeito surpreendente.

Percorrido o Beco do Carneiro, entramos na Rua de S. Miguel, de aspecto curiosíssimo, onde se nota uma série de estreitíssimos becos que nela desembocam.

A certa altura, abre-se na Rua de S. Miguel um logradouro quinhentista que oferece outro aspecto típico, com uma palmeira de grande porte a meio, e onde se situa quase intacta a igreja de S. Miguel, que substitui a que foi destruída pelo terramoto. Esta igreja é notável pela sua obra de talha e está classificada como Monumento Nacional.

Depois de se atravessar o largo, dobra-se o ângulo, apresentando-se na esquina para a Calçadinha de S. Miguel outro dos muitos prédios típicos da Alfama, com andar de ressalto e rotulado, tendo mais uma empena de bico na parte que dá para a Calçadinha.

Seguimos para o Largo de S. Rafael, com a torre da Alfama da muralha Fernandina, hoje com terraços e jardins. Na parte sul do largo vê-se outro prédio quinhentista, com um painel de azulejos, representando S. António, Nossa Senhora da Conceição e S. Marçal.

Do lado nascente, no rés-do-chão de um prédio, porta n.º 8, existe um armazém de carvoeiro onde, segundo se diz, funcionou a primeira Sinagoga.

Um pouco atrás do Largo de S. Rafael, deixamos a Rua de S. Pedro que começa no Largo do Chafariz de Dentro, como já se disse. Esta rua é, presentemente, das mais movimentadas do bairro, devido ao seu comércio de mercado abastecedor. Ao cimo desta rua, formando gaveto com a Rua de S. Miguel, vê-se, à direita, um dos prédios mais típicos do bairro.

Do Largo de S. Rafael podemos seguir para a Rua de S. João da Praça, ao princípio da qual, no pátio dos Senhores de Murça, se vêem os restos de outro cubelo da muralha que subia até às Portas do Sol.

A Rua da Judiaria, cuja designação deve resultar de se encontrar próxima a Sinagoga, conduz-nos ao Arco do Rosário, encontrando-se antes um espaçamento digno de nota, onde se vê outro troço da antiga muralha que dá ao ambiente uma escala impressionante. Atravessado o Arco do Rosário, estamos no Terreiro do Trigo, onde finda a nossa visita.

O que acabamos de anotar são simples apontamentos para se poder dar uma ideia do que é Alfama, bairro a que hoje corresponde uma área determinada, que a Câmara deseja valorizar cada vez mais, procurando melhorar os pavimentos dos seus largos, praças, ruas e becos, assim como os esgotos, iluminação, restauro de fachadas de prédios e arranjo das suas coberturas — tudo conduzido no sentido de não se perderem as características que dão a este bairro a sua expressão própria, tornando-o digno de admiração de nacionais e estrangeiros.

*(Palestra proferida pelo architecto Couto Martins
no S. N. I. em 21 de Janeiro de 1961).*





MIRADOUROS DE LISBOA

Lisboa, a velha Olisipo cuja origem recua tanto no tempo que se torna difícil fixá-la com precisão, é, actualmente, a par duma capital moderna de alucinante progresso e embelezamento, a antiga urbe de formação medieval, que faz gala do seu passado.

A cavaleiro do Tejo, seu eterno amante e razão de sobrevivência, Lisboa nasceu num monte e a princípio nele se defendeu, a coberto da protecção da fortaleza ali edificada. Mas rapidamente se dilatou, ganhando as vertentes; edificando nos vales e ligando desse modo entre si vários outros montes, situados aqui e ali, mas sempre a pouca distância.

Construiu-se ao sabor das necessidades e do puro acaso, na ignorância de técnicas urbanísticas ainda não conhecidas, esta bela cidade do Tejo, da qual já no tempo do rei Venturoso se dizia por esse mundo fora: «quem não viu Lisboa, não viu coisa boa».

A Natureza, o Acaso e o Homem transmitiram-lhe encanto e pitoresco bem singulares, que a tornam uma maravilhosa cidade de contrastes.

As colinas, em que lenta e gradualmente se alcançou, permitem-lhe debruchar-se sobre si mesma, vaidosa das suas riquezas de antanho e embevecida nos seus requintes actuais de grande e progressiva metrópole.

Uma rápida análise da orografia do seu solo mostra como ela é extremamente complexa e quão longe estava da realidade Frei Nicolau de Oliveira, quando equiparava as colinas da capital portuguesa às sete com que a tradição dotava a antiga Roma.

Tomando, por exemplo, como ponto de referência o monte do Castelo, lobrigam-se para leste e norte os montes da Graça, de S. Gens, da Penha de França e os Altos do Pina e de S. João. Se o ponto de partida for a colina de Santana também se nota, à medida que se avança para o norte, um vasto planalto conhecido, desde os fins do século passado pela designação de «Avenidas Novas». A leste, rasga-se Alvalade, para norte a continuação do Azeiteiro, topo do vale por onde corre a Avenida Almirante Reis.

Mas outros acidentes orográficos se destacam. Na continuação de S. Roque, e a envolvê-lo, encontra uma vasta área de maiores ou menores elevações: o Bairro Alto, as Chagas, S. Pedro de Alcântara, a Praça do Príncipe Real, o Rato, as Amoreiras, Campolide e o Alto do Parque Eduardo VII.

Do lado ocidental do vale de S. Bento — que se prolonga para leste pelo alto dos Prazeres — destaca-se uma série de alturas no sítio da Estrela, como a Lapa e Buenos Aires, enquanto para norte se situa Campo de Ourique ligado a Campolide pelas Amoreiras.

Este conjunto de colinas, sem esquecer a Esperança, as Janelas Verdes, a Pampulha e Santo Amaro, na direcção sul, forma a vertente oriental do Vale de Alcântara separada pela ribeira do mesmo nome da encosta ocidental da serra de Monsanto.

Cidade tão acidentada tinha forçosamente de multiplicar-se em miradouros.

E essas janelas, rasgando aos olhos do turista ignorante das suas belezas as mais diversas panorâmicas, desvendam autênticas surpresas; ora descobrem os mais curiosos contrastes de luz num mesmo horizonte, ora permitem o recreio maravilhoso dos mais surpreendentes horizontes.

umas vezes destaca-se o intenso colorido do casario, outras são as densas manchas verdes resultantes do arvoredo e da luxuriante vegetação; outras vezes, ainda, é o velame das embarcações, o vôo das gaivotas, a faina dos cais que deslumbram o visitante.

Mas também o rumorejar ondulante das gentes apressadas, em actividade constante e de ritmo quase estonteante, confundindo-se, interpenetrando-se com o escoamento de trânsito não menos convulsivo e bem mais ruidoso, empolgam o turista deleitado por tantas e tão variadas sensações de recreio espiritual.

São, pois, pontos obrigatórios para todo o visitante estes naturais e magníficos anfiteatros de que Lisboa dispõe para se deixar descobrir nos seus múltiplos pormenores e segredos.

Há que os divulgar duma maneira correcta e sistemática, não esquecendo sequer o mais modesto, porque cada um tem algo a acrescentar a qualquer dos outros.

Dos mais procurados aos mais ignorados encontramos dezassete nos locais seguintes: Santa Luzia, Castelo, Senhora do Monte, Monte Agudo, Penha de França, Santana, Elevador de Santa Justa, Santa Catarina, S. Pedro de Alcântara, Alto do Parque Eduardo VII, Zimbório da Igreja da Estrela e Serra de Monsanto (Montes Claros, Moinho do Alferes, Luneta dos Quartéis, Moinho do Mocho, Ramalho e na Ponte).

Uma pequena referência sobre alguns dos principais:

O miradouro de Santa Luzia, nesta altura sob os cuidados do Município, que o procura alargar e dotar de modernas instalações sanitárias, não desvenda o mais belo horizonte, mas, é sem dúvida, um dos que consente uma visão mais pitoresca da velha Lisboa. Alfama, S. Vicente e o Tejo podem contemplar-se em todo o tipismo e poesia. Da amálgama do casario implantado no torvelinho de ruas, becos e travessas de puro recorte medieval, sobressae, ao fundo de vários planos sobrepostos, a cidade ribeirinha em contacto directo com o Tejo, cuja perspectiva constitui um regalo para os olhos do turista.

Situado no alto do monte berço da Lisboa moira, que Afonso Henriques conquistou definitivamente para os cristãos, depois de, ao que parece, ter albergado um castro romano e ser cidade goda, o miradouro do Castelo é sem dúvida o primeiro. A parte priviligiada desta vetusta janela rasgada sobre a cidade — que os cristãos desenvolveram e alargaram em todas as direcções, numa ânsia de crescimento tal que hoje, mais do que nunca, parece estar longe de parar — circunscreve-se àquele terraplano, com a forma dum trapézio irregular, constituído no final do século XVII. Daí se abarca um panorama de sonho, de tamanha irrealdade, que chega a dar a impressão de tratar-se duma tela de pintor bafejado por inspiração divina.

Ofuscados por tão deslumbrante cenário, os olhos dos visitantes, não se habituam rapidamente à disciplina que observação mais cuidada implica. Gulosos, procuram avidamente apropriar-se de jacto desse grandioso espectáculo de cenografia.

Mas ao êxtase inicial sucede-se o desejo de saborear tão eloquente manjar visual. E então, qualquer que seja a hora do dia, numa gama infinita de tons, com realce para os azuis, os verdes e os rosas, nota-se a sucessão de vários planos perfeitamente escalonados.

Logo no primeiro se destaca Alfama, nascida do mar e com ele perfeitamente identificada ao longo dos séculos, «labiríntica, confusa, aglomerada, policroma; tortuosa, contorcida, cheia de abraços de ruelas e de beijos de beirais; arcos, alfurjas, becos, escadarias e planos, serventias e pátios, postigos, quinas, cunhais, muros floridos, brasões, balcões, poiais, cruces de ermida, restos de muralha, empenas de bico, andares de res-

salto, exércitos de gatos, coros de pregões, tumulto e resignação; arraial perpétuo de roupas estendidas, dois metros fora do alinhamento», etc., etc., como tão lírica e lúcida-mente a caracteriza o ilustre olisipógrafo Norberto de Araújo; depois S. Vicente, Santo André, a Sé com as torres ameidadas e agora tanto quanto possível integrada nos estilos primitivos — o românico e o gótico —, os restos da velha Mouraria, a Baixa pombalina recordando o grande sismo de 1755, a antiga Ribeira de Lisboa e a estrada líquida e coleante do Tejo, ora azul marinho, ora verde claro, ora de tons prateados.

Já noutro plano, descortinam-se numa autêntica policromia de paleta os bairros implantados em novas colinas: a Graça, o Monte de S. Gens, a Penha de França, os Mártires, Santana, o Carmo com as ruínas dum dos mais genuínos monumentos góticos da Lisboa de outrora, S. Roque, S. Pedro de Alcântara, a Estrela com o zimbório da Igreja barroca edificada no reinado de D. Maria I, Campolide, o alto do Parque Eduardo VII rematado por duas colunas que o lisboeta já desespera que não sejam no futuro mais do que duas colunas, com a grande massa do Hotel Ritz levemente abaixo e à esquerda.

Finalmente, para lá da cidade, na outra margem do rio, a silhueta de Palmela, a Arrábida, o litoral de Almada e, mais para oriente, os campos do Ribatejo.

O miradouro do Torel permite lobrigar panoramas dos subúrbios a norte da encosta de Santana e do vale onde corre desde os fins do século passado, graças aos esforços de Rosa Araújo, a principal artéria da capital.

No lado oposto desse mesmo vale, o miradouro de S. Pedro de Alcântara é o ponto natural de contemplação da parte norte e oriental da cidade, e dele se colhe um dos mais belos trechos panorâmicos de Lisboa. Debruçado sobre as Taipas, este miradouro conserva ainda certo aspecto romântico, traço espiritual herdado do século passado para o qual, aliás, concorre a existência do elegante lago para ali levado dos jardins do Palácio da Bemposta ou Paço da Rainha. Larga varanda virada sobre uma parcela da parte oriental da cidade, permite descortinar precisamente as áreas que, através dos séculos, foram sucessivamente alargando a urbe, ao mesmo tempo que, ao fundo, a sul, permite ainda enxergar, numa nesga, o Tejo e, em planos recuados, os montes elevados para lá da sua outra margem.

44 Primeiro, bem em evidência, o Castelo implantado no cimo do monte. Nas vertentes deste, com a saliência das torres da velhíssima Sé Patriarcal, fica o casario amontado em planos sucessivos, lembrando a Lisboa dos primeiros séculos da nacionalidade. Depois, a linha, que da antiga Mouraria sobe a Santana, torneia Santo Antão, passa pela actual Calçada do Duque e leva a S. Roque, envolvendo toda uma área que vem desde o Tejo e denuncia a cidade outrora contida na velha muralha fernandina, chamada «Cerca Nova». Para além dessa linha, em horizonte ainda mais longínquo, a parte habitacional que densamente conquistou depois do Rei Formoso as colinas da Graça, de S. Gens, da Penha e de Santana. E, bem mais perto do próprio miradouro, a magnífica sala de visitas da Avenida da Liberdade, extraída no século passado do antigo Vale do Pereiro.

Frente ao Tejo, está o miradouro de Santa Catarina. É constituído por um pequeno logradouro, cujo ajardinamento data do princípio deste século. Implantado no jardim, num bloco de pedras sobrepostas, um monumento desprezível simboliza o fabuloso Gigante Adamastor.

O local onde foi construído o miradouro, conquanto se lhe possa assacar falta de flores e de arvoredo, assemelha-se a um oásis de paz. Aparece escondido, como que envergonhado do clima de sossego que nele se respira, quando, em volta, no plano a ele sobranceiro, a trepidação constante do tráfego mecânico e a vozearia das gentes, em contínuo vai-vem, denunciam a vitalidade duma cidade apressada e empolgante nos seus movimentos.

É curioso acentuar o contraste entre a quietude do local em si próprio e o movimento estuante de vida que resulta da faina fabril e naval enxergada lá em baixo, junto à margem do rio.

Dos vários miradouros existentes na serra de Monsanto poder-se-á não distinguir a cidade de molde a colher o pormenor que qualquer um dos outros permite, mas, a contrabalançar esse inconveniente, pode-se recolher dela uma melhor vista de conjunto.

Depois desta sumária exposição, numa tentativa de demonstrar como é diferente o panorama da Cidade vislumbrado de um para outro miradouro, estão indicados alguns comentários sobre a maneira de os valorizar e divulgar.

1. Nota-se que, para além da beleza de horizonte oferecida ao visitante pelos miradouros, pouco existe que torne mais agradáveis ainda os momentos que cada um ali pode usufruir.

2. A preparação urbanística do local, com a vedação adequada, pavimentação, ajardinamento e iluminação absolutamente necessários é tudo quanto o turista encontra na maioria dos casos.

3. Parece urgente valorizar o miradouro e com ele o conhecimento de Lisboa com que fica o visitante.

Para tanto, cremos muito fácil a existência «in loco» de «leitores panorâmicos», isto é, da representação gráfica da silhueta da cidade, dando a posição pela imagem legendada de que interessasse chamar a atenção.

Este «leitor panorâmico» deveria fazer-se em material durável. Por exemplo, um parapeito em mármore, onde a gravação dos respectivos motivos de chamada seria feita esquemáticamente.

Do mesmo modo, conviria editar desdobráveis de desenho simples, mas bem elucidativos, relativo à panorâmica oferecida por cada um dos miradouros.

Estes desdobráveis seriam colocados à disposição do turista nos postos de turismo municipais, no S. N. I., nas agências de viagens, nos hotéis, «dancings», salões de chá, restaurantes típicos, etc.

4. Conviria também instalar no miradouro pequenos pavilhões para venda de recordações, postais ilustrados, publicações turísticas, franquias postais, tabacos e até bebidas. Poderiam igualmente, funcionar como posto de informação.

O projecto destes pavilhões — desmontáveis ou não, conforme a conveniência aconselhasse — seria objecto dum estudo prévio, a fim de obstar à construção de elementos que, por discordantes, viessem perturbar a harmonia da estética local, quando necessariamente deveriam concorrer para a sua valorização.

5. Se é urgente que a iniciativa particular, embora sob a égide da Câmara Municipal ou do S. N. I., crie circuitos regulares diurnos e nocturnos, a fim de permitir o conhecimento dos museus, dos monumentos, da vida nocturna da cidade, etc., urge também a criação de voltas que revelem as belezas naturais de Lisboa através de visitas bem orientadas aos miradouros.

6. Ainda com a mesma finalidade de divulgação, julga-se de incontestável interesse o recurso ao cinema. A execução de filmes de curtíssima metragem em 8 e 16 mm. para venda directa ao turista e a realização de documentários coloridos em 35 mm., para exibição nos cinemas nacionais e nas Casas de Portugal e embaixadas no estrangeiro, parece bastante aconselhável.

(Palestra proferida pelo Dr. João Pina Vidal no S. N. I. em 21 de Janeiro de 1961).



ACONTECIMENTOS C I T A D I N O S



O SR. PRESIDENTE DA C. M. L.,
TROCA IMPRESSÕES COM O SR. DR. SILVA PÍNTO,
DENTRO DE UM DOS CARROS-BIBLIOTECA.
JUNTO, OS DRS. MARTINS GOMES E PINA VIDAL



OS DOIS CARROS-
BIBLIOTECAS
ITINERANTES
MOMENTOS ANTES
DE PARTIREM
PARA OS BAIRROS
DOS LIMITES DA
C I D A D E



NA INAUGURAÇÃO DO REFEITÓRIO DO PESSOAL DOS SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIAIS DA C. M. L. — A ENTREGA DE UMA L E M B R A N Ç A AO PRESIDENTE DA EDILIDADE, EM NOME DOS SERVIDORES DAQUELA DIRECÇÃO



UM GRUPO DE ALUNOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO APRESENTA CUMPRIMENTOS AO PRESIDENTE DA C. M. L.

RECEPÇÃO AOS PARTICIPANTES DO COLOQUIO NACIONAL DE TURISMO, NOS PAÇOS DO CONCELHO



O CORONEL TOMAZ GARCIA FIGUERAS, «ALCALDE» DE JEREZ DE LA FRONTERA, APRESENTA CUMPRIMENTOS AO VICE-PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA





CELEBRAÇÕES DO DIA DE S. VICENTE—O VICE-PRESIDENTE DA C. M. L. DEPOŊO UM RAMO DE FLORES NO ALTAR DO PADROEIRO DA CIDADE

RECEPÇÃO AOS PARTICIPANTES DA SEMANA DE ENFERMAGEM, NA ESTUFA FRIA





ESPECTÁCULO DO TEATRO POPULAR, NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS
—UM ASPECTO DA ASSISTÊNCIA. NA PRIMEIRA FILA A EX.MA. PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO

ESPECTÁCULO DO TEATRO POPULAR, NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS
—O MORGADO DE FAFE EM LISBOA—





CONCERTO PELA
ORQUESTRA SINFÓNICA
DE LISBOA, DIRIGIDA
PELO MAESTRO
FERNANDO CABRAL,
NO PAVILHÃO
DOS DESPORTOS

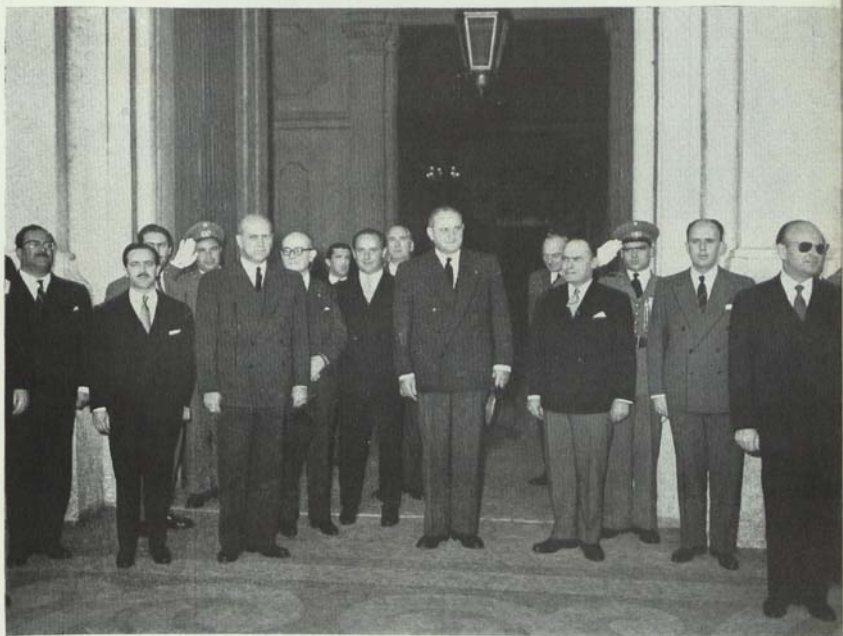


INAUGURAÇÃO
DA CANTINA DO
MATADOURO-
FRIGORÍFICO

PORTO DE HONRA
AO MINISTRO DOS
NEGOCIOS ESTRANGEIROS
DE ESPANHA
—A ASSINATURA
NO LIVRO DE OURO



PORTO DE HONRA
AO MINISTRO DOS
NEGOCIOS ESTRANGEIROS
DE ESPANHA
—O MINISTRO,
ACOMPANHADO
PELA SUA COMITIVA,
ASSISTE AO DESFILE DO
B. S. B., EM CONTINENCIA





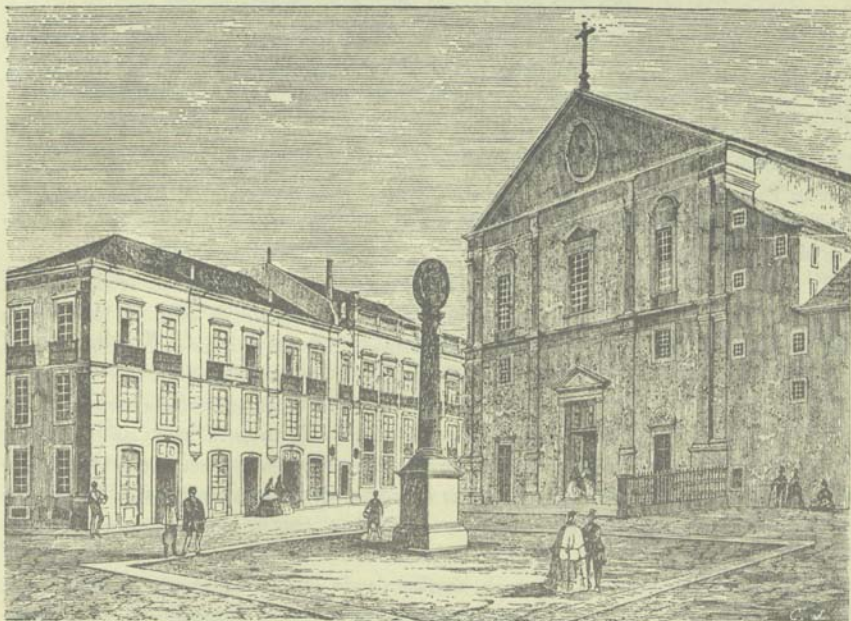
CUMPRIMENTOS DOS FILIADOS DA M. P.
DE LUANDA À C. M. L.—O DR. JOSÉ LUIS
DE ALMEIDA (LAVRADIO), PROFESSOR DO LICEU
SALVADOR CORREIA DE SÁ, FALANDO
DAS VISITAS DOS RAPAZES DE LUANDA



CUMPRIMENTOS DOS FILIADOS DA M. P.
DE LUANDA—O PRESIDENTE DA C. M. L.
A AGRACIANDO A VISITA



ALMOÇO OFERECIDO PELA VEREAÇÃO
AOS PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA C. M. L.,
NO CASTELO DE S. JORGE (CASA DO LEÃO)



RELÍQUIAS E PINTURAS DA IGREJA DE SÃO ROQUE

Pouco depois de o Rei Venturoso subir ao Trono, espalhou-se no Reino a fama dos milagres que São Roque, advogado contra a peste, fazia em França e na Itália.

Tanto que a epidemia chegou a Lisboa no ano de 1505, constando que viera de uma nau veneziana, D. Manuel pediu à Senhora de Veneza, que guardava o corpo daquele santo, uma parte de suas relíquias, para com ela acudir aos pestíferos. Recebida a relíquia com júbilo do Rei, da Corte e do Povo, logo se tratou de edificar a ermida com a invocação de São Roque, relíquia que se encontra no cartório da Irmandade e que se dá a beijar aos fiéis no dia da festa do santo.

Conservando-se Lisboa dentro das muralhas fernandinas no começo do século XVI, para se construir a ermida escolheu-se o campo que entestava com a Torre de Álvaro Pais, depois denominada de Porta do Condestável e, por último, de Postigo de São Roque, que o terramoto de 1755 destruiu.

A Torre de Álvaro Pais já era assim chamada no tempo do Mestre de Avis. Chanceler-mor de D. Pedro I e muito entendido em obras de defesa, o monarca mandou Álvaro Pais presidir à construção da ponte e dos muros de Ponte de Lima, quando se reedificaram no ano de 1309. Segundo parece, a Torre tomou o nome do chanceler por ele a ter edificado⁽¹⁾.

Junto a essa porta, a oitava da Cidade, havia um cemitério, onde se enterravam os pestíferos desde a epidemia do ano de 1348, que durou três anos. O campo era apenas povoado de oliveiras e de algumas barracas, vindo daí chamar-se Rua da Oliveira a uma rua que ficava perto da igreja de São Roque e que ainda perdura.

A cerca de São Roque era no século XVIII uma horta arrendada e nela estava armado o jogo da bola e da laranjinha, onde o povo se divertia. A Mesa da Irmandade intimou o rendeiro a retirar dali o jogo no ano de 1780, para que as órfãs do recolhimento não estivessem à janela. A imagem de pedra, que esteve no Arco de São Roque e no frontão da igreja, foi mandada, no ano de 1899, para o Museu Arqueológico do Carmo⁽²⁾.

A ermida começou a erguer-se no dia 24 de Março de 1506, como atesta a lápida que está embutida na parede da escada que vai para o cartório da Irmandade; e logo se formou a Irmandade de São Roque, de que foi primeiro provedor e protector El-Rei D. Manuel e depois todos os monarcas e irmãos todos os membros da família real.

O Compromisso da Irmandade consta de doze capítulos, escritos sobre pergaminho e ornado de belas iluminuras, que se guarda naquele dito cartório⁽³⁾. Diz Costa Lima, em *Lenda iconográfica das tábuas de S. Roque*, que existia no mesmo cartório uma vara com a medida exacta do santo. Na verdade, é a medida não do santo, mas da imagem, com um metro e quarenta centímetros de altura.

No ano de 1540, D. João III encomendou a D. Pedro de Mascarenhas, seu embaixador em Roma, que trouxesse consigo os primeiros padres da Companhia de Jesus. Chegados a Lisboa a 30 de Maio desse ano, ficaram hospedados no Hospital de Todos-os-Santos; e prestes rogaram a El-Rei que lhes cedesse a ermida de São Roque, que a concedeu por alvará do ano de 1553.

(1) *Crónica de El-Rei D. João I*, tomo I, capítulos VII e do XXV a XXVIII, por Fernão Lopes, Lisboa, 1897; e *Narcóticos*, págs. 295 e 296 do tomo II, por Camilo Castelo Branco, Porto, 1882.

(2) *O Arquivo da Misericórdia*, págs. 24 e 62, por Vítor Ribeiro, Coimbra, 1915.

(3) *Resumo histórico da origem da ermida de S. Roque e da sua irmandade na Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1940.

O sítio que os padres escolheram para a fundação da Casa Professa era o da ermida de São Roque, por ser campo despovoado e lá haver muitas oliveiras, lugar descoberto e de ares sadios; e de tudo seria mais fácil a compra.

Mas houve tantas contrariedades e embargos dos confrades de São Roque, que foi necessário que D. João III mandasse a D. Pedro de Mascarenhas, então seu estribeiro-mor, compor essas dificuldades, porque os ditos confrades chegaram a resistir com armas a quem os queria persuadir de ceder a ermida. E os jesuítas trataram de ir para Santa Clara, defronte da Porta da Cruz ou seja a Nossa Senhora do Paraíso.

Havia, porém, a necessidade de se mudarem para São Roque e o monarca disse ao vereador da Câmara Municipal, Francisco Correia, fidalgo e Senhor de Belas: *Apertai mais com os confrades, que eu espero deles que se componham com os padres.* E D. Pedro de Mascarenhas, expondo as razões aos confrades e o gosto que o soberano tinha que lhes vendessem a ermida, logo eles a entregaram.

O contrato perpétuo fez-se no mesmo ano de 1553, com a obrigação de se erigir uma capela a São Roque na nova igreja e outras cláusulas. Como o instituto da Companhia de Jesus não permitia caixas de esmolas em suas igrejas, os padres ficaram obrigados a dar à Irmandade 6\$000 réis em cada ano. Aumentando de ano para ano o concurso de gente, os jesuítas resolveram, no ano de 1555, fazer maior o templo (4).

Nos primeiros anos do estabelecimento da Companhia, chegaram a São Roque diversas relíquias, todavia pouco numerosas, algumas delas trazidas de Roma pelos padres jesuítas e outras enviadas pelos Gerais da Companhia, fora as que a Rainha D. Catarina e seu cunhado, o Infante D. Luís, e ainda outras pessoas ofereceram à Casa Professa de São Roque.

O embaixador na Alemanha de El-Rei Filipe, o Prudente, D. João de Borja, filho de D. Francisco de Borja, Duque de Gandia, andou pela Europa a recolher relíquias, das quais fez presente à Companhia de Jesus em Portugal, por muitos motivos; e, por ser filho de uma portuguesa, D. Leonor de Castro, fez doação em escritura pública no Escorial a 22 de Setembro de 1587, relíquias que chegaram a Lisboa a 17 de Outubro desse ano.

As terceiras relíquias vieram de Roma quase um século depois, acompanhadas de Breves de alguns prelados romanos, entre os quais um bispo portuense. Também vieram relíquias do cemitério de São Calisto de Roma, mandadas tirar pelo Geral da Companhia Aqua Viva, todas autenticadas. Os Breves e as Autênticas das relíquias,

(4) *Crónica da Companhia de Jesus*, segunda parte, págs. 95, 97, 107 e 322, pelo Padre-mestre Baltazar Teles, Lisboa, 1647; e *Santuário Mariano*, tomo VIII, págs. 124, por Frei Agostinho de Santa Maria, Lisboa, 1724.

passados nos anos de 1662, 1672 e 1673, existiam no cartório da Santa Casa da Misericórdia, o que tudo foi verificado e julgado pelo Provisor, Vigário Geral do Arcebispado de Lisboa, em 18 de Junho de 1683^(*).

No códice 7194 dos manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, respeitantes ao fim do século XVII, há uma relação das relíquias que estavam nos altares dos Santos Mártires, das Santas Virgens e de Nossa Senhora da Conceição da dita igreja de São Roque.

★

Tanto que chegaram a Lisboa as relíquias vindas do Escorial, foram conduzidas à Sé, para dali saírem em procissão até à igreja de São Roque, o que se fez com as maiores demonstrações de regozijo de que havia memória.

A noite de domingo, 24 de Janeiro de 1588, passou-se em ornamentar as janelas, paredes e ruas do percurso da procissão, andando muita gente com tocha para ver os apercebimentos e ornatos, excitando-a a isso os inúmeros lumes que ardião na igreja de São Roque, cujo tecto e varandas estavam cercados de lanternas, juntamente com profusos barris de alcatrão, aos quais se dera fogo ao som de charamelas, trombetas e repiques de sinos.

Erguiam-se estátuas nessas ruas, com letras em latim e português, sentenças a modo de motes. Além dos ornamentos, também se viam oratórios, palanques alcatifados, arcos triunfais e muita gente apinhada nas janelas, que se alugaram por bom dinheiro, algumas a 40 cruzados e casas a 30\$000 réis. O povo era tanto, que se não podia romper pelas ruas. Viera gente de 30 e 40 léguas de fora da Cidade.

Figuravam na procissão doze andores com as relíquias que tinham acabado de chegar de Espanha e com as outras que existiam em São Roque. Os andores seguiam divididos em quatro partes, três de cada uma, ladeados pelas Ordens Religiosas e pela clerezia da Cidade.

Conforme o estilo da época, precediam os andores várias figuras alegóricas representando nos trajos e nos símbolos os anjos e os santos, como se descessem do Céu à Terra para vir ao encontro das relíquias — no comentário do cronista.

A diversidade das figuras, as legendas, as loas e os cantares que a espaços entoavam, o coro das músicas e outras exhibições testificavam a pompa do cortejo e a maneira de se elevar preces à Divindade. Seguindo em peanhas nos andores, as relíquias iam engastadas ou em bustos de metal ou de madeira e outras em cofres e relicários dourados de diferentes formas e feitos, alguns cravejados de pedras preciosas e outros muito primorosos por sua perfeição e artificio.

(*) Relíquias que estão na igreja de S. Roque, do Padre Manuel da Veiga, de fls. 9 a 66 do códice 207, manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa; e *Crónica da Companhia de Jesus*, citada, segunda parte, de págs. 117 em diante.

Abriam a procissão, que saiu da Sé às nove horas da manhã de segunda-feira seguinte, os Meninos da Doutrina, com capelas na cabeça e de ramos verdes nas mãos, levando na charola o Menino Jesus.

O primeiro arco triunfal, grande e formoso, com duas faces e respectivas alegorias, atravessava a Rua Nova, junto à Senhora da Oliveira, onde a rua tinha 50 palmos de largura.

Para da Rua Nova se entrar na Ourivesaria do Ouro, dava-se com uma estátua mui curiosa e bem posta, com versos sentenciosos; e, no princípio da Rua dos Escudeiros, em que se tornava para o Poço do Chão e a procissão tinha de dar a volta para subir a calçada que ia ter a São Roque, encontrava-se outra estátua, também com motes judiciosos.

Ao cimo dessa calçada, paragem de diversas travessas, a estátua da Justiça tinha esta advertência: *Deixai travessas e becos. Quem por mim se guiar o direito há-de buscar.*

No fim da Rua de Santa Catarina, havia outro arco, dedicado à glória dos Apóstolos. Passando este arco, deixando a Porta de Santa Catarina e defronte de Nossa Senhora do Loreto, onde se tinha de tomar à mão direita para São Roque, deparava-se a quarta estátua, a das Virtudes, igualmente com sentenças em quadras.

Defronte do Postigo da Trindade, no meio da Rua de São Roque, elevava-se outro arco triunfal de boa invenção, ao qual fazia rua de uma parte a armação de casas e da outra parte a ordem de pinheiros em feira até o terreiro de São Roque. O arco era de quatro faces e nelas sobressaíam letras e painéis com figuras.

Entrando a procissão por este arco, caminhou pela Rua de São Roque, guardada de palanques, até que deu no terreiro da igreja, ornado de uma cruz de cera de 25 palmos de alto, posta sobre um pedestal quadrado de 10 palmos. Levantava-se neste pedestal um monte Calvário pintado e logo a cruz com variedade de folhas, flores e frutos semeados por aquela misteriosa árvore, tudo de cera, obra singular da arte dos cerejeiros de Lisboa, entre os quais se distinguia António Fernandes.

A frontaria da igreja de São Roque estava paramentada de telilha de ouro e prata e de ricas sedas de vários labores e laçarias de cerdas de murta pelos remates. E a imagem do Menino de Jesus, pintada em um pano, deitava a bênção, e em baixo, sobre a porta principal da igreja, a imagem de São Roque de vulto dourado e mui perfeita, com versos em latim e português, dir-se-ia que o templo ficava satisfeito pela honra de receber tão grandes hóspedes como eram as sagradas relíquias.

★

Depois de percorrer as ruas por onde passava a procissão, o Príncipe Alberto esperou o cortejo de uma das janelas do coro da igreja.

Os festejos decorreram durante oito dias sucessivos; e as relíquias ficaram expostas nos andores, acorrendo à igreja muita gente do Sul do Reino.

Tornaram-se notáveis, como coisa nova e de suma consolação, as três visitas que se fizeram às relíquias.

A primeira constou de quase todos os pobres de Lisboa, que por suas doenças e aleijões foram na quarta-feira a São Roque, as mulheres de uma parte os homens de outra, de canas verdes nas mãos e com «capela de órgão» e charamelas da corporação de Santo Aleixo, cuja imagem levavam em charola por serem seus confrades. No outro dia, os moços que andavam ao ganho na Ribeira imitaram os pobres, também com ramos verdes nas mãos e com a imagem de São Gonçalo de Amarante; e os pretos fizeram a mesma peregrinação, empunhando bandeiras de Nossa Senhora do Rosário e envergando hábitos brancos.

Contribuíram para o esplendor das festas o Arquiduque Alberto, Regente do Reino, o Arcebispo D. Miguel de Castro, o Cabido Metropolitano e a principal Nobreza de Lisboa. Também conforme seus teres, concorreram muitas outras pessoas abastadas, as corporações de ofícios, as irmandades e os marítimos — e todos se esmeraram para alcançar o bom êxito das funções que alvoraçaram a Cidade.

Não faltaram depois patrocínios às relíquias, de sorte que alguns fiéis ajudaram os padres jesuítas na construção dos altares laterais, dando-se a um deles o nome de Santos Mártires e a outro o de Onze Mil Virgens; e com mais três altares se acomodaram diversas relíquias (*).

★

As notáveis festas, que se fizeram em Lisboa no ano de 1622, pela canonização de Santo Inácio de Loiola e de São Francisco Xavier, duraram oito dias.

Não só pela curiosa traça, como por muitas riquezas de telas, brocados e panos bordados, a igreja de São Roque achava-se condignamente engalanada. Armou-se na capela-mor uma fábrica de grande custo e de apreciada formosura.

Fez-se um novo retábulo de quatro colunas de prata de invulgar preço e feitio, lavradas de meio relevo sobre seus pilares de prata, cousa nova e aparatosa de muito se ver. Erguia-se sobre esta obra uma fachada com pilares e frisos prateados e perfilados de ouro, ficando em lugar dos painéis uns nichos com suas travessas douradas, em que se collocaram as relíquias do santuário, que eram de muitos corpos de santos.

As tribunas sobranceiras ao altar do cruzeiro estavam ornadas de ricos panos; e, sobre travessas forradas de carmesim, collocaram-se as peças do santuário que não couberam nos nichos da capela-mor.

(*) *Relação do solene recebimento que se fez em Lisboa às santas reliquias que se levaram à igreja de S. Roque na Companhia de Jesus aos 25 de Janeiro de 1588*, pelo licenciado Manuel de Campos. Lisboa, 1588.

Começaram os festejos no sábado, 30 de Julho, véspera do dia de Santo Inácio, pelas três horas da tarde, com repiques de sinos e toques de charamelas, trombetas e de mais instrumentos. E logo saíu da Casa Professa de São Roque a mascarada de 24 figuras a cavalo, cada par com vestidos semelhantes e diferentes dos outros, de calças, capas, gorras, jubões de vários cortes, coletes e borzeguins brancos com esporas de prata dourada.

Sem embargo de não envergarem sedas, ouro ou prata, a vestimenta era tão custosa e curiosa, que causava espanto. Uma parelha levava os vestidos guarnecidos de espelhos, outra de olhos pintados, outra de figas de azeviche, outra de coral, outra de cadeados, de cascáveis, de pérolas falsas, de flores de lata e ainda outra de broquéis.

Os cavalos iam ajaezados com mochilas pela maior parte do terciopelo, bordadas de ouro, prata, aljôfar e de outras guarnições de muito custo e feito; e os cabos e as comas com muitas laçadas de fitas de várias cores, com que ficavam mui airosos.

Adiante destes doze pares, que levavam máscaras de tafetá negro, caminhava um trombeta, que vestia marlota capilar e turbante muito lustroso. De quando em quando, ao embocar das ruas e lugares principais, tocava a trombeta, chamando o povo.

E logo um cavaleiro diferente no traje, que trazia por escrito o roteiro das ruas e sítios por onde a mascarada havia de passar, ia dando às pessoas de maior qualidade um mote impresso respeitante a cada par.

Precedia os dozes pares uma figura trágica, que representava a Companhia de Jesus, ostentando um pendão de tafetá branco em haste de prata; e, nas duas faces do pendão, as imagens dos santos canonizados. Vestia roupa larga de cetim branco e, com tanto ouro e jóias, que a riqueza fora estimada em mais de sessenta mil cruzados.

Neste e nos dias seguintes, Lisboa admirou a singular figura montada em brioso ginete ajaezado com mochila e mais adereços de terciopelo roxo, bordado a ouro e aljôfar, peça de subido custo; e, na testeira do cavalo, uma formosa plumagem branca e encarnada, com as comas trançadas com fitas de seda das mesmas cores e outros brincos, com que toda a figura mostrava muito garbo e majestade.

A mascarada foi acompanhada por grande mó de gente, que a pé e a cavalo a fazia mais aparatosa, chegando com essa pompa ao Terreiro do Paço, onde os senhores da governança a louvaram. Recolhendo à Casa Professa ao sol posto, à noite puseram-se luminárias por todos os conventos e casas mais nobres de Lisboa. Os repiques dos sinos, as salvas de artilharia do Castelo e das naus e ainda o fogo de artifício, as charamelas e as trombetas ecoando por toda a Cidade anunciaram os oito dias de festa.

E as relíquias tornaram a ser expostas aos fiéis (?).

(?) *Relação geral das festas que fez a Religião da Companhia de Jesus na Província de Portugal, na canonização dos gloriosos Santo Inácio de Loiola, seu fundador, e S. Francisco Xavier, Apóstolo da India Oriental*, págs. 3, 3-v. e de 4 a 7. Lisboa, 1623.

Apresentou-se na Misericórdia de Lisboa, no ano de 1842, um ancião revelando que dentro da igreja de São Roque se achavam ocultas as sagradas relíquias do seu antigo santuário, esconderijo que no ano de 1683 os padres engheraram por detrás dos retábulos e painéis dos altares, de maneira a que as relíquias ficassem livres de profanações que a roda do tempo lhes pudesse acarretar.

E sem demora alguns membros da Comissão Administrativa da Santa Casa, acompanhados de artífices competentes, descobriram o tesouro, que se encontrou com as relíquias bem conservadas, carecendo apenas de limpeza e de superficial restauração, o que justificava a tradição popular de que na igreja de São Roque existia um tesouro escondido.

Quando se removeu um grande quadro, que estava no fundo da capela colateral do altar-mor do lado da Epístola, deparou-se um espaçoso vão, cujos lados e abóbada se achavam apinhados de relíquias e imagens; e no retábulo da capela correspondente se deu com igual porta e igual tesouro⁽⁸⁾.

Nas buscas que se fizeram no templo, encontraram-se painéis de grandes mestres e outros quadros de pincel ignoto, que se mandaram limpar, refrescar e restaurar. Os mestres e os artistas de Lisboa encarregaram-se da verificação e classificação dos objectos de arte, tendo de se recorrer ao cartório da Santa Casa, para se conferirem os documentos comprovativos da autenticidade das relíquias.

A Misericórdia resolveu, em 25 de Janeiro de 1843, comemorar o aniversário da chegada e trasladação das santas relíquias com a exposição e restituição delas aos fiéis; e convidou Suas Majestades e Altezas, a Corte, o Patriarca e mais prelados a assistirem a essa consagração nacional. Cantou-se na igreja patriarcal missa pontifical, seguida de *Te-Deum*.

A relação das relíquias do santuário, com o Breve do Papa Xisto V, dava ao altar de Todos-os-Santos 288 relíquias, com a particularidade de existir nessa capela a imagem de Nossa Senhora de palmo e meio de altura, sustendo no braço esquerdo o Menino Jesus, tudo de prata, à excepção da cabeça, pescoço e mão direita da Senhora, que eram de madeira, imagem ornada de um grande esplendor e uma coroa de prata, na qual estavam encastoadas algumas pedras de estimação de diferentes cores.

Havia ainda um sacrário de ébano, de quatro palmos de altura, de dois e meio de largo e dois de fundo, com quatro colunas de pedra de cores. Esta peça, guarnecida de ornatos de prata e de pedras preciosas, tinha no frontispício uma pequena parte de

(8) *Revista Universal Lisbonense*, de 2 de Junho de 1842, tomo I, pág. 420.

madeira e embutida na face direita uma pedra de várias cores imitando mosaico, sobre a qual primorosa pintura representava a Anunciação de Nossa Senhora. Dentro do sacrário estavam os Santos Lenhos e um espinho da Coroa do Senhor.

Mais se contava um portal de metal dourado, com as paredes e o chão de folha de prata, de três palmos de altura e um meio de largo, com duas colunas de metal dourado. Dentro jazia o Menino Jesus recostado em um berço de prata dourada, Nossa Senhora, São José e ao fundo o boi e a mula.

Sobre a cornija, via-se um brasão de armas pertencente à família dos Rolins e, na parte superior, em forma de remate, um anjo de pé com um fita na mão em que se lia: *Gloria in excelsis Deo*.

O altar das Onze Mil Virgens tinha 653 relíquias; o de Nossa Senhora da Piedade, 22; o do Sacramento, 176; e o da Senhora da Doutrina, 31 — no total de 1177 relíquias.

A seguir dava-se notícia dos monumentos de escultura e de pintura, que novamente foram restaurados naquele ano de 1843.

Na primeira capela do lado da Epístola, denominada da Doutrina, havia dois quadros pintados por Bento Coelho da Silveira, um representando a Aparição de Jesus Cristo Ressuscitado e Sua Mãe Santíssima e o outro a Ascensão de Jesus Cristo.

Na segunda capela, dedicada a São Francisco, estavam, além da imagem do santo, dois quadros notáveis: o do Papa Paulo III no acto de enviar para Portugal, no ano 1540, os primeiros jesuítas; e o de D. João III com as principais pessoas da Corte, quando o Padre Francisco Xavier se despedia de El-Rei para ir à pregação do Evangelho no Oriente em 1541. Ambos os quadros eram qualificados de bons, mas ignorava-se o nome do autor.

Encontrava-se na terceira capela, a de São Roque, o famoso quadro do santo, pintado em madeira por Gaspar Dias, artista que estudou na Itália.

Na capela do Santíssimo, estavam dois quadros do Trânsito de Nossa Senhora e da Coroação em os Céus, ambos do pincel de Bento Coelho da Silveira. Existia também sobre o camarim um quadro de Nossa Senhora de autor desconhecido.

Na primeira capela do lado do Evangelho, dedicada a Jesus Maria José, via-se a meio do altar o quadro que representava o Menino Jesus argumentando com os doutores, obra de José Avelar Rebelo. Também parecia do mesmo pintor o painel pequeno que se achava na parte superior da capela e que figurava o regresso do Egipto (*). E mais se admiravam os quadros do Nascimento e Adoração dos Reis de André de Reinoso. Observa o autor da *Memória* sobre o achado das relíquias que, embora se fundasse em testemunhos de créditos coevos, notava-se diferença considerável entre um e outro quadro, pois muito superior era o da Adoração dos Reis.

(*) Segundo a opinião do professor Marino Guandalini, de quem mais adiante se fala, esse quadro é obra de um pintor italiano.

A segunda capela, consagrada a Santo António, tinha dois famosos quadros de Francisco Vieira Lusitano: um representava Santo António pregando aos peixes e o outro o taumaturgo diante de Nossa Senhora pedindo protecção contra as tentações do demónio, quadros admirados pela distribuição dos desenhos e o magistério com que foram executados.

Este quadro tem uma história interessante.

Partindo Vieira Lusitano por mar para Roma, sobreveio tão horroroso temporal, que o artista fez votos de nunca mais pintar a imagem da Virgem sem lhe cobrir os pés, em honra e memória de sua virginal pureza. Neste belo quadro, Vieira Lusitano encobriu os pés da Senhora com duas cabeças de serafins⁽¹⁰⁾.

Havia na terceira capela de Nossa Senhora da Piedade uma pintura pequena de Nossa Senhora das Dores, que parecia do pincel de Bento Coelho, e os quadros de Jesus Cristo saindo com a cruz no caminho do Calvário e do descimento da Cruz, ambos obra de pintor desconhecido.

Na quarta capela, a de São João Baptista, feita em Roma pelos desenhos de Vanvitelli, insigne architecto, muito havia que ver.

Os três quadros de mosaico foram executados pelas pinturas de Agostinho Massuci. O do meio representa São João Baptista baptizando Jesus Cristo no Jordão; o do lado da Epístola, a Anunciação; e, o do lado do Evangelho, a descida do Espírito Santo.

As esculturas de mármore de Carrarra foram feitas debaixo da direcção do escultor Mayni, coadjuvado por seu discípulo Alexandre Giusti que as conduziu a Portugal e aqui ficou⁽¹¹⁾.

Existiam na capela-mor diferentes painéis, que serviam segundo as festividades na Igreja. Havia memória de que o da descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos fora na sua origem pintado por Gaspar Dias, mas com os repetidos retoques apenas se podia conjecturar que fosse obra de seu pincel.

Dava-se com outro quadro, o da Circuncisão, feito em Roma no princípio do século XVII, pertencente à escola Bolonesa.

Estava no altar do lado da Epístola, o quadro de Nossa Senhora e as Santas Virgens, de autor português do século XVI, assim como era o quadro do altar de Santo Cristo, em que se via o Salvador do Mundo rodeado de todos os santos, quadros que infelizmente se achavam repintados.

⁽¹⁰⁾ *Dicionário técnico e histórico de pintura, escultura, architectura e gravura*, pág. 180, por Francisco de Assis Rodrigues. Lisboa, 1876.

⁽¹¹⁾ Conta o Abade Castro e Sousa, na *Carta dirigida a Salústio*, que com a capela de São João vieram os artistas Agostinho Massuci, Mayni Rusconi e Alexandre Giusti. Este último fizera algumas estátuas para a livraria da igreja das Necessidades e a de D. João V.

Nos intervalos e aos lados dos sobrearcos das capelas, existiam alguns Santos Doutores da Igreja, que mereciam louvores e que pareciam ser de André de Reinoso.

Contava-se ainda um quadro pequeno em uma capelinha próximo à sacristia, que figurava o nascimento do Menino Jesus, também digno de apreço, assim como os retratos de El-Rei D. João III e da Rainha D. Catarina, que se achavam à entrada da igreja e de que havia memória de terem sido pintados por António Moro, natural de Utreque, que viera a Portugal no século XVI⁽¹²⁾. Há divergências quanto ao autor destes quadros, que também são atribuídos a Cristóvão Utreque, posto que se inculque o nome de Gregório Lopes.

Corriam sobre os caixões da sacristia da igreja quadros da vida de São Francisco Xavier, os do lado direito de Reinoso, notáveis pela composição, colorido e costumes dos índios, e os da esquerda, embora não fossem do mesmo pincel, mereciam atenção. Havia mais dois quadros pequenos muito danificados, um representando o martírio de Santo André Apóstolo e outro o da Santa Virgem, ambos dignos de louvor.

E aqui termina a prolixa relação do anónimo autor da *Memória*.

Há, porém, referências do Padre Baltasar Teles ao quadro da Circuncisão do altar-mor, elucidando que o trouxe de Roma o Padre António de Morais no ano de 1633, quadro de tal traça, que se mudava quando a variedade das festas pedia⁽¹³⁾.

★

Em meados do século XVIII, era tida em grande veneração na igreja de São Roque a imagem de Cristo retratada conforme a visão de Maria Escobar, imagem que pela formosura do rosto e admirável proporção do corpo era mui digna de especial atenção. No braço mais justo à mão, via-se a camisa de linho de cor branca, depois, mais recolhida, a manga justa ao pulso, de cor entre verde e roxa, a qual cor também se via na imagem. Seguia-se a vestidura a modo de toga usada entre os romanos, com a manga larga de cor violada, que se apertava com um cingidouro da mesma cor. Últimamente, o manto era da cor não totalmente preta, mas com alguma semelhança com a toga. Também se lhe divisavam alparcas, calçado muito usado entre os hebreus.

Este quadro, que a Condessa de Sortelha trouxera de Castela e o ofereceu, tinha feito milagres em doentes desenganados dos médicos; e, nos meados do século XVIII, estava colocado por cima da porta interior da capela chamada da Comunidade em um dos dormitórios da Casa Professa⁽¹⁴⁾.

⁽¹²⁾ *Lisboa Antiga—Bairro Alto*, pág. 280 do tomo I, por Júlio de Castilho. Lisboa, 1902.

⁽¹³⁾ *Memória do descobrimento e achado das sagradas reliquias do antigo santuário da igreja de S. Roque, com a noticia histórica da fundação da mesma igreja e santuário*. Lisboa, 1843.

⁽¹⁴⁾ *Crónica da Companhia de Jesus*, citada, segunda parte, pág. 115; e *Mapa de Portugal antigo e moderno*, pág. 234, tomo II, pelo Padre João Baptista de Castro. Lisboa, 1763.

Guardava-se na sacristia da igreja de São Roque um quadro com a imagem de Nossa Senhora, a primeira que se copiou do original pintado por São Lucas, que estava em Santa Maria Maior de Roma.

O quadro fora mandado por São Francisco de Borja à Rainha D. Catarina, mulher de D. João III, pelo Padre Inácio de Azevedo, o mártir que acabou com mais quarenta companheiros às mãos dos protestantes, e a soberana o deixou por sua morte à dita Casa Professa.

Esta notícia não se conforma com a do Padre Alexandre de Gusmão, exposta em sua *Rosa da Nazaré*, porque o quadro encontrava-se na Baía, mas bem podia ser que de lá viesse para aquela casa, concluiu o Padre João Baptista de Castro ⁽¹⁵⁾.

No ano de 1838, havia à entrada daquela igreja dois painéis, um à direita e outro à esquerda. O da direita era o retrato da Rainha D. Leonor, mulher de D. João III, e o da esquerda o de Frei Miguel de Contreiras.

A Mesa da Misericórdia de Lisboa mandou, no ano de 1575, que se pintasse nas bandeiras daquela Santa Casa a cópia do retrato de Frei Miguel de Contreiras no mesmo hábito da sua Ordem, com estas letras: F M I, que queriam dizer Frei Miguel Instituidor ⁽¹⁶⁾.

No ano de 1896, o Dr. Tomás de Carvalho, provedor da Misericórdia, Joaquim José Rodrigues e Jorge Camillier, adjuntos, mandaram copiar pelo pintor António da Silva o retrato de Frei Miguel de Contreiras, que se conservava naquela Santa Casa.

O retrato daquele padre trinitário encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, pintado por António Leoni com a data de 1760.

★

A convite do Intendente das Obras, os professores da Academia Real das Belas-Artes, Francisco de Assis Rodrigues, Francisco António da Silva Oeirense e Tomás da Anunciação aprovaram, em 25 de Fevereiro de 1863, a restauração do tecto da igreja de São Roque, trabalho feito sobre a direcção do artista José Maria de Sales ⁽¹⁷⁾.

Para se descobrir o túmulo do Padre e Doutor Francisco Soares, o Provedor da Misericórdia mandou, no ano de 1893, proceder a pesquisas naquela igreja; e com bastante dificuldade se encontrou o sepulcro na capela da Senhora do Desterro, obstruído com o órgão.

⁽¹⁵⁾ *Alma instruída*, tomo II, pág. 734, pelo Padre Manuel Bernardes. Lisboa, 1960.

⁽¹⁶⁾ *Carta dirigida a Salústio, amador de antiguidades*, pág. 29, pelo Abade A. D. de Castro e Sousa. Lisboa, 1839; e *Mapa de Portugal, antigo e moderno*, citado, tomo II, pág. 125, e tomo III, pág. 355.

⁽¹⁷⁾ Códice 449, fl. 184, dos manuscritos do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Quando se retirou, em 1844, o órgão dessa capela, quebraram-se capitéis, arrancaram-se almofadas e esburacaram-se as lápidas sepulcrais do dito Padre Francisco Soares e de D. António de Castro, em verdadeiro furor vandálico. Mas a capela ficou completamente restaurada.

Com o painel, de boa pintura antiga, representando a Anunciação, a capela da Senhora do Desterro tomou essa invocação, painel que havia muito tempo se conservava arrecadado.

No tecto do novo coro, cópia do antigo, fizeram-se algumas correcções e foram reparadas as molduras dos painéis, assim como a douradura e pintura do órgão, o qual tinha a data de 1784 e possuía 1694 tubos.

Os painéis de azulejo, que revestiam as paredes laterais da capela de São Roque, de puro gosto italiano, mas obra portuguesa assinada por Francisco de Matos em 1584, foram completadas com pintura a óleo sobre estuque, trabalho hàbilmente executado; e os quadros de Santa Rita e Santa Teresa, que estavam nas paredes laterais por debaixo do coro, collocaram-se por cima das portas do cruzeiro.

Em frente da capela da Santíssima Trindade e sobre a porta de São João Baptista, pôs-se o quadro de Jesus no Horto, que durante anos esteve em uma arrecadação; e, por cima da porta da capela do Sacramento, collocou-se o quadro Adoração dos Magos, que também esteve arrecadado durante anos. O quadro dos Santos Inocentes, que estava no baptistério da Santa Casa da Misericórdia, foi posto na sobreporta do cruzeiro do lado da Epístola (¹⁸).

★

Do ano de 1843 para cá, houve nova arrumação de quadros e painéis na igreja de São Roque, descritos no citado livro do achado das relíquias; e alguns já lá não estão e outros passaram ao museu anexo ao templo.

Como a provedoria da Misericórdia encarregasse o Sr. Dr. Mário Carmona de estudar e dirigir a parte artística da restauração da riqueza pictoral da igreja, veio da Itália o professor Marino Guandalini, que conta ter todos os quadros renovados até o fim do ano de 1960.

Segundo seu entendimento, a tela da Imaculada Conceição, que está na capela do Santíssimo, é da escola italiana do século XVII; e o painel redondo da parte superior da primeira capela do lado do Evangelho pertence àquela escola dos fins do século XVI. Os quadros do Nascimento e Adoração dessa capela não são de Reinoso, mas da escola espanhola de Zuberan. Parece realmente de Bento Coelho o quadro da terceira capela.

(¹⁸) *Memória justificativa e descritiva das obras executadas na igreja de S. Roque de Lisboa, desde 12 de Outubro de 1893 a Junho de 1894*, por António César Mena Júnior, condutor de Obras Públicas e de Minas. Lisboa, 1894.

Percebe-se nos quadros da sacristia a mão de diversos mestres e de seus discípulos que ali trabalharam, estes seguindo a escola daqueles; e com a renovação tem-se descoberto letras e assinaturas dos autores.

As dezanove telas da Paixão de Cristo, da escola portuguesa, algumas de segunda fila apareceram com as letras L V e outras com C C. As primeiras letras são sem dúvida de Vieira Lusitano e as segundas indicam o nome do padre jesuíta Domingos da Cunha, o Cabrinha.

Os sete quadros volantes, de que atrás se deu conta, que tapam o trono do Santíssimo no altar-mor e se mudam consoante as quadras litúrgicas, figuram a Ressurreição, a Anunciação, a Ascensão de Cristo, Pentecostes, Advento, Natal e Reis Magos, todos da escola portuguesa do século XVIII e alguns, na opinião do dito mestre Guandalini, muito importantes.

Ainda segundo seu parecer, a miniatura de São Roque, da escola francesa, que está no mealheiro em frente da capela daquele santo, devia-se de recolher ao museu da igreja.

Encontrou-se no coro um quadro de grande porte representando São Sebastião, obra excelente de Vieira Lusitano, que está agora à entrada da igreja, assim como a Ceia do Senhor, este do lado da Epístola.

José Estevam.





A FREGUESIA DE SÃO JORGE DE ARROIOS DA CIDADE DE LISBOA

«Qual será melhor, calar, ou falar de Deus, coisas pias e proveitosas?»

Luz e Calor—MANUEL BERNARDES.
MDCXLIV — MDCCX

A história desta freguesia, recentemente publicada na *Revista Municipal*, não poderá considerar-se, de forma alguma, concluída, se não lhe juntarmos certos pormenores essenciais que esclareçam determinados aspectos, dignos de menção, para que assim não subsistam quaisquer dúvidas sobre o assunto.

Merece especial referência, por exemplo, a designação da Capela da Quinta dos Lagares d'El-Rei. O oratório da casa onde o saudoso Padre Cruz tantas vezes celebrou missa, no Verão de 1898, é da invocação de S. Lourenço, e não de S. João, conforme afirma Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*. A confusão do autor resulta, possivelmente, do facto de ter havido na Quinta de S. João, que pertenceu aos Condes

da Guarda, uma capela com essa invocação, e ter possuído esta família, anexas à referida propriedade, várias courelas, foreiras à Casa Almada, constituindo elas, com outras mais, e uma parte livre, os «Lagares d'El-Rei».

A Quinta dos Lagares abrangia, deste modo, a Quinta do Areeiro, pelo que a própria designação de Areeiro, dada ao sítio com este nome, não será, por tradição, a mais indicada, pois diz respeito, sómente, à Quinta do Areeiro, composta de cerca de oito courelas juntas, propriedades incluídas nos «Lagares».

Também é conveniente acentuar que os actos de culto desta freguesia, se realizaram, durante os primeiros três meses do ano de 1895, na capela de Nossa Senhora do Pópulo, do palácio dos Condes de Linhares, à Calçada de Arroios, enquanto a igreja paroquial esteve encerrada por motivo de obras. Desde Junho de 1895 a Dezembro de 1897, foi utilizada, para fins idênticos, a Capela do Convento de Arroios, tendo este sido secularizado em 1834 e depois, transformado em hospital, no qual deram entrada os doentes atacados de peste bubónica. O insigne bacteriologista Professor Câmara Pestana faleceu, segundo se crê, no Hospital de Arroios, em 1899, vitimado ao regressar do Porto, onde fora estudar a evolução da referida epidemia.

Também o Marquês de Sabugosa, citado como paroquiano da freguesia (1), não tinha nela, residência efectiva, embora estivesse ligado ao sítio, pelo facto de sua segunda mulher ter sido foreira nos «Lagares d'El-Rei».

O *Dicionário Corográfico de Portugal* fala da Quinta de D. Lourenço d'Almada, ou dos «Lagares d'El-Rei», dizendo que se faziam lá «os vinhos para as armadas reais no tempo em que este reino era de Castela». E, prosseguindo, o seu autor afirma que Filipe II, no ano de 1560, fez mercê a D. Lourenço, deste reguengo, de sessenta e quatro courelas, que andavam aforadas «em vidas».

Ora tal afirmação não é de aceitar, pois a data de 1560 é muito anterior à dominação filipina. Além disso, os aforamentos foram feitos muito depois dessa data, por D. Lourenço d'Almada, neto de D. Antão d'Almada (o Restaurador). Pelas escrituras dos primeiros aforamentos, D. Lourenço d'Almada foi autorizado, em 25 de Fevereiro de 1675, pelo então Príncipe Regente, mais tarde D. Pedro II, a aforar trinta e cinco courelas que faziam parte da sua Quinta dos Lagares, onde, de facto, se preparavam os vinhos para as armadas reais, mas só enquanto as vinhas pertenceram ao Rei, acabando tal norma logo que a quinta foi doada por D. João I.

Assim, Raul Proença, no seu *Guia de Portugal*, declara, e com razão, que o senhorio da Quinta e Palácio dos Lagares d'El-Rei, já existia no século XIII.

O morgado dos Lagares, ou dos Lagares d'El-Rei, proveio de doação de El-Rei D. João I, feita ao Doutor Martim Afonso Pires, da Charneca (2), que, em Bolonha, foi companheiro do célebre Doutor João das Regras. Pelos seus feitos contra os castelhanos,

(1) Roberto Dias Costa — *A Paróquia da S. Jorge, da Cidade de Lisboa* — 1938.

(2) Tal facto consta de documento pertencente ao Arquivo da Ex.^{ma} Família Almada.

El-Rei D. João I fez-lhe mercê, em 11 de Dezembro de 1392, das «vinhas com seus lagares acerca de Lisboa a alem darroios que partem com o caminho da Charneca e com o caminho de Sacavém», isto é, toda a faixa de terreno hoje compreendida, sensivelmente, entre as actuais Avenidas de Roma e Gago Coutinho, terminando, ao norte, no local da antiga Azinhaga da Feiteira, e ao sul, sensivelmente, na Rua Actriz Virgínia.



UM TRECHO DA QUINTA DOS LAGARES D'EL-REI
(Desenho de Francisco de Villena — 1935)

Os «Lagares» passaram, mais tarde, à bisneta do Doutor Martim Afonso Pires, D. Constança de Noronha, Condessa de Avranches, por seu casamento com D. Fernando de Almada, 2.º Conde desse título.

De então até hoje, tem andado esse antigo reguengo, sempre na posse dos primogénitos da Família Almada e assim, na altura do domínio filipino, ele encontrava-se na de D. Lourenço de Almada⁽³⁾, pai do glorioso restaurador, D. Antão, e que viveu

⁽³⁾ Não confundir este D. Lourenço com o do mesmo nome, já atrás citado, seu bisneto, que viveu no tempo de D. Pedro II.

largos anos com a família, durante a calamitosa dominação estrangeira, na sua casa de Condeixa, onde se havia recolhido, repudiando todos os cargos públicos que seus maiores tinham desempenhado, e consentindo, apenas, em fazer parte da comitiva que, no Algarve, recebeu as ossadas do seu saudoso Rei D. Sebastião, acompanhando-as, depois, a Lisboa.

Evidentemente que D. Lourenço aceitou essa missão, não como subserviência a Filipe II, mas como derradeira homenagem ao seu legítimo Rei.

Fica, pois, provado que a doação dos «Lagares d'El-Rei» foi feita em recompensa de feitos contra Castela, bem anteriores à dinastia filipina, durante a qual, nenhum Almada exerceu cargos na Corte nem dos reis intrusos recebeu mercês.

Ao terminar, cumpre registar aqui, o reconhecimento do autor, ao Ex.^{mo} Senhor Conde de Almada, pela colaboração dada, com a indicação da bibliografia referente a este trabalho.

Pedro Garcia Anacleto.

BIBLIOGRAFIA

- Relação dos feitos de Dom Antão d'Almada* — 1940 — escrita pelo Conde de Almada.
Documento da doação dos «Lagares d'El-Rei» — Arquivo da Família Almada.
Roberto Dias Costa — *A paróquia de S. Jorge, da Cidade de Lisboa* — 1938.
Biblioteca Nacional de Lisboa — *Códice Alcobacense* — n.º 459 (ant.º) e 126 (mod.).





NOVA REVELAÇÃO DA LISBOA DE OITOCENTOS

NO VELHO ARSENAL DA MARINHA, DIGNO SUCESSOR DA RIBEIRA DAS NAUS, FORAM POSTOS A DESCOBERTO TROÇOS DE MURALHA, UM DOS QUAIS CONSERVA AINDA UMA ARGOLA DE FERRO, PARA AMARRAR EMBARCAÇÕES

A constante necessidade de modificar traçados de encanamentos ou cabos eléctricos subterrâneos, origina contínuos trabalhos no subsolo da cidade e dá origem à abertura de sucessivas excavações e valas, trabalhos estes que de vez em quando revelam a existência de fragmentos da Lisboa anterior ao terramoto de 1755, essa calamidade proveitosa, no dizer de alguém, e proporcionam achados vários, como peças de cerâmica doméstica ou fina, azulejos, objectos de adorno ou de mesa, etc., e que fazem as delícias de quantos se dedicam aos estudos arqueológicos em geral e aos lisiponenses em especial e que tanto contribuem para aumentar a documentação existente nos nossos Museus.

Estão neste caso as recentes excavações feitas na antiga Praça da Figueira, por motivo das obras do Metropolitano e que puzeram a descoberto preciosos restos do que foi a Ermida do Amparo, estabelecendo também de forma absoluta a sua verdadeira posição a par de algumas dependências do Hospital Real de Todos-os-Santos, bem como revelaram alguns arruamentos ainda com os seus pavimentos empedrados, sem falar dos achados feitos na remoção de terras e entulhos.

O movimento de verdadeiro interesse e curiosidade que despertou nos Lisboaetas, está ainda bem vivo, tal a romaria que se estabeleceu com o afluxo de gente ávida de ver em pleno sol, vestígios da Lisboa do século XVIII e que há duzentos anos se mantinham ocultos.

Pois agora, mas desta vez sem publicidade, voltaram à luz do dia mais uns testemunhos do passado, com o aparecimento de um troço de muralha no local onde existiam duas caldeiras ou docas de abrigo, ou melhor, uma doca de abrigo dividida em duas secções por um molhe orientado na direcção Norte-Sul, molhe este rematado por escadas para desembarque e continuado a pequena distância para Sul por uma obra de cantaria, de forma hexagonal e que servia de base a um guindaste de madeira e ferro, o que tudo se acha representado no célebre quadro chamado «da Academia» e atribuído a Simão Gomes dos Reis, pintor da época de El-Rei D. João IV.

É interessante notar que, na reconstrução Pombalina e, posteriormente, aí por 1863, com o entulhamento da secção ocidental da citada doca de abrigo, continuou a existir a dita base de cantaria e o guindaste, embora modernizado mas já então todo o local terra-firme e formando a entrada da «caldeirinha» do Arsenal, situação esta que está ainda na memória de todos.

Correspondia esta caldeirinha ou doca de abrigo à secção oriental da obra atrás citada, tendo as suas muralhas-limites reconstruídas sensivelmente nos mesmos locais.

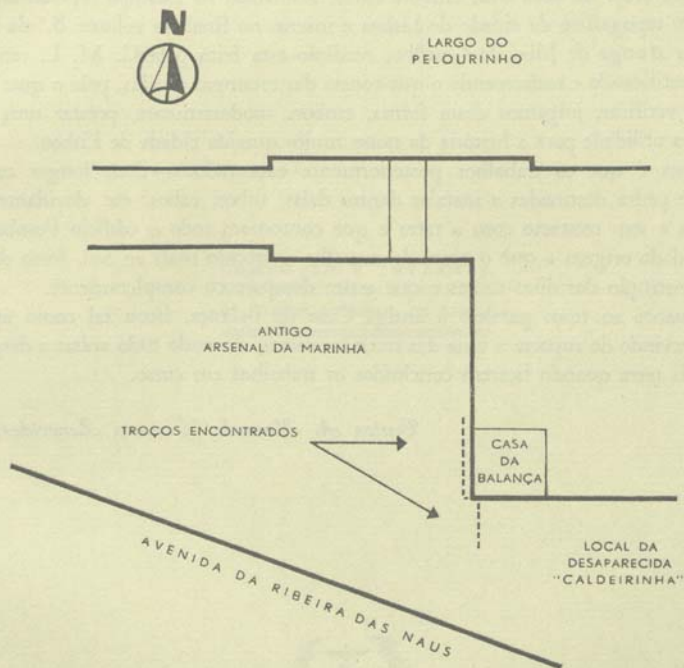
Corria entre os velhos marinheiros com quem conversávamos na nossa mocidade, no desejo de saber coisas da velha Lisboa, nossa ânsia de sempre, que a caldeirinha tinha fundo lajeado, mas nunca vimos confirmação de tal, nem mesmo quando, devido à enorme acumulação de lodos e à impossibilidade de nela entrar uma draga de cadeia para os remover, foi preciso empregar operários valadores que, braçalmente, com as suas características pás, nas marés muito baixas, bastante lodo extraíram e que há uns bons quarenta anos nos recorda de ver trabalhando.

Mais tarde, utilizando uma pequena draga de garras que nos veio entre os fracos despojos que nos couberam como reparações alemãs, voltou a ser dragada a caldeirinha, vindo então à superfície algumas curiosidades tais, como, ferros de amarração, pedaços de correntes e outros destroços que no fundo jaziam, ao mesmo tempo que pelas fortes garras da draga eram arrancadas compridas estacas de madeira metidas a quando da reconstrução Pombalina o que fez com que se não insistisse na dragagem dado o receio suscitado de que se compromettesse a segurança do local.

Ora a presença desta estacaria veio desmentir a existência do tão falado lajedo que se dizia formar e revestir o fundo da doca, obra esta que, com a abertura da Avenida da Ribeira das Naus, foi preciso entulhar, nada restando dela mais do que a sua recordação.

É manifesto, portanto, o interesse que nos veio suscitar o aparecimento das muralhas em questão e que passamos a descrever:

Um troço de muralha à profundidade de cerca de $0^m,70$ e com o comprimento de uns 18 metros, guarnecido de uma argola de amarração, a poente do corpo de



edifício onde, no pavimento térreo se situa a chamada Casa da Balança, orientado na direcção Norte-Sul e paralelo portanto ao mesmo corpo de edifício e à distância de $3^m,80$ deste.

Esse troço de muro de cantaria posta à fiada e com sensível jorramento, apresenta ainda do lado Sul um princípio de torneamento com mais de 1 metro de raio para nascente, mesmo à altura do cunhal da Casa da Balança e presumimos que iria ligar com um outro pequeno troço de muralha de igual cantaria e idêntico jorramento, e também posto à vista na mesma altura.

Este aparecimento veio demonstrar que a secção ocidental da velha doca da Ribeira das Naus, visível no quadro do século XVII, chamado da Academia, a que atrás nos referimos, chegava mais ao norte do que mostra a estampa I do volume 1.º do notável estudo de Mestre Vieira da Silva — *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* — em que o Autor coloca por sobreposição, o que devia existir antes do terramoto e o que chegou aos nossos dias, e que mostra também uma como que pequena rampa que agora se verifica ser um braço da mesma doca, limitado ao Nascente pelo troço de muralha agora posto a descoberto e cuja extremidade Norte se não pode determinar.

Este braço de doca está, embora curto, assinalado na estampa representando um fragmento topográfico da cidade de Lisboa e inserto no final do volume 8.º da reedição da *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho, reedição esta feita pela C. M. L. em 1937.

Rectificando e esclarecendo o que consta das estampas citadas, pelo o que, *in loco*, pudemos verificar, julgamos desta forma, embora modestamente, prestar uma achega de alguma utilidade para a história da nossa muito querida cidade de Lisboa.

Pena é que os trabalhos posteriormente executados — duas longas caixas de cimento e pedra destinadas a instalar dentro delas, tubos, cabos, etc. devidamente resguardados e sem contacto com a terra e que contornam todo o edifício Pombalino — tivessem dado origem a que o troço de muralha aparecido mais ao Sul, fosse destruído para a construção das ditas caixas e que assim desapareceu completamente.

Quanto ao troço paralelo à antiga Casa da Balança, ficou tal como apareceu, embora servindo de suporte a uma das referidas caixas, devendo tudo voltar a desaparecer debaixo da terra quando ficarem concluídos os trabalhos em curso.

Carlos A. Mamede (Fonseca Benevides).



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRAFICAS
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



municipio
de ixisdoq